

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O PENSAMENTO ECONÔMICO ORTODOXO E SEUS PRESSUPOSTOS  
OCULTOS POR TRÁS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE COMBATE À  
INFLAÇÃO E CRISE DE BALANÇO DE PAGAMENTOS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Bruno Sócrates de Rezende Minatelli

Orientador: Professor Nildo Domingos Ouriques

Área de Pesquisa: História do Pensamento Econômico

Palavras – Chaves:

- 1 Ortodoxia
- 2 Política Econômica Ortodoxa no Brasil
- 3 Pressupostos Ocultos

Florianópolis, Outubro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ ao aluno BRUNO SÓCRATES DE REZENDE MINATELLI, matrícula 9910706-6, na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_

Prof. Nildo Domingos Ouriques

Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof. Pedro Antônio Vieira

Membro

\_\_\_\_\_  
Prof. Jaime César Coelho

Membro

A finalidade do estudo da Economia não é a aquisição de um conjunto de respostas prontas para questões econômicas, mas sim aprender a como não ser enganado pelos economistas.

Joan Robinson

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me criou, que me salvou e que me dá sentido à vida.

Aos meus pais Antônio e Lia pelo meu nascimento, criação e amor que me deram. Eles me sustentaram e se preocuparam em me dar educação, por eles pude chegar até aqui.

Ao meu amigo Mauro que sem imaginar acabou sendo um veículo para que eu viesse a tomar gosto pela leitura, sem esse gosto não teria cursado uma faculdade.

A todos os meus amigos, parentes e irmãos na fé que gostam de mim e se preocupam comigo.

Ao meu orientador, professor Nildo Ouriques pela paciência em esperar um longo tempo até que eu terminasse este trabalho. Obrigado por acreditar em mim.

A minha namorada Franciele que me apoiou e compreendeu que muitas vezes não pude passar mais tempo com ela.

Ao meu colega de trabalho Waltamir que se dispôs a fazer a correção gramatical sem me cobrar nada.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 Contextualização e Especificação do Problema de Pesquisa.....	8
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 Metodologia.....	10
<b>2. A POLÍTICA ECONÔMICA ORTODOXA ANTIINFLACIONÁRIA E SUA TEORIA SUBJACENTE.....</b>	<b>11</b>
2.1 Caracterização da Política Econômica Ortodoxa Antiinflacionária.....	11
2.2 A Teoria Subjacente.....	14
2.2.1 Resumo do Fator Essencial do Pensamento Ortodoxo/ Neoclássico.....	14
2.2.1.1 O Início da Escola, sua Essência e Principais Características.....	14
2.2.1.2 Mudanças Ocorridas a Partir da Década de 1930.....	21
2.2.1.3 A Atual Divisão Dentro da Escola Neoclássica.....	26
2.2.1.4 As Concepções do Monetarismo.....	34
2.2.1.5 As Expectativas Racionais: Uma Introdução.....	36
<b>3. APLICAÇÃO DO PENSAMENTO NEOCLÁSSICO PARA A POLÍTICA ECONÔMICA.....</b>	<b>39</b>
3.1 Para o Combate da Inflação Alta e da Crise do Balanço de Pagamentos.....	39
3.2 Parte da Teoria Aplicada a Economia Internacional.....	50
3.3 As Expectativas Racionais: sua Aplicação na Política Econômica.....	57
<b>4. OBSERVAÇÕES CRÍTICAS.....</b>	<b>65</b>
4.1 Quanto a Teoria Analisada.....	65

4.2 Quanto a Economia Brasileira.....	79
5. CONCLUSÃO.....	82
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85

## RESUMO

Este trabalho procura analisar criticamente a escola neoclássica com destaque para sua respectiva política econômica antiinflacionária, conjuntamente com os temas por ela interligados e mostrar os pressupostos que estão ocultos. Esta escola há muito tempo tornou-se a grande ortodoxia do pensamento econômico ocidental e, depois da queda do socialismo, praticamente, do mundo inteiro. Chamando a atenção o fato de que por diversas vezes o Brasil passou por problemas de inflação alta e crise no seu balanço de pagamentos e, em várias destas vezes foram aplicadas total ou parcialmente soluções ortodoxas, investigaram-se neste trabalho estas teorias e as visões de mundo que estão por trás delas. Para tanto foi elaborado um resumo do início, do desenvolvimento, da essência, das principais características e da atual divisão da escola neoclássica. Posteriormente mostrou-se a aplicação do pensamento desta escola em políticas econômicas propostas por ela, também foram feitas algumas críticas quanto a teoria analisada e apresentada uma breve reflexão sobre a economia brasileira.

**Palavras-Chaves:** Ortodoxia, Política Econômica Ortodoxa no Brasil, Pressupostos Ocultos.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização e Especificação do Problema de Pesquisa

Atribui-se a Adam Smith com o seu livro “A Riqueza Das Nações”, publicado em 1776, o nascimento da moderna ciência econômica. Antes dele já haviam escritos analisando questões nesta área. Porém, como ele foi o primeiro a fornecer um tratamento mais completo e sistemático de vários assuntos econômicos, acabou reconhecido como o “pai” da economia.

Desde então muito se tem estudado, produzido e tem-se observado progresso em várias áreas para a explicação e a solução de problemas econômicos.

Como não é de se estranhar em ciências sociais, e a economia é uma ciência social, muitos desenvolvimentos teóricos diferentes que, procuram dar conta de explicar certos problemas, muitas vezes entram em conflito ao procurarem explicar estes mesmos problemas. Ou seja, para um mesmo problema social existem teorias diferentes para explicá-lo. Teorias, por vezes conflitantes, outras vezes complementares em sua tarefa.

Na ciência econômica tem sido assim. Quem estuda História do Pensamento Econômico sabe como desde o século XIX têm surgido escolas diferentes nesta área. Cada uma possuindo certos traços comuns e visões de mundo subjacentes a suas análises e proposições de política Econômica.

Conforme pudemos observar, no mundo ocidental, uma destas escolas tornou-se hegemônica, dominante em matéria de ensino e pesquisa nas universidades, em explicação de fenômenos econômicos e elaboração de diretrizes para a política econômica. Trata-se da escola Neoclássica ou Marginalista. Esta tornou-se a “Ortodoxia” do pensamento econômico no ocidente. Seus postulados são arduamente defendidos apesar das inúmeras críticas que esta escola tem sofrido desde o seu surgimento (o que será explicado no próximo capítulo). Como o leitor poderá constatar, neste trabalho utilizamos o termo ortodoxia para nos referirmos à escola neoclássica, já que ela tornou-se a “grande” ortodoxia do pensamento econômico ocidental.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Alguém poderia contestar dizendo que radicalismo por radicalismo a escola marxista era a ortodoxia dos países orientais. Concordamos contra extremos, querendo com isso nos referir a atitude de adotar uma única visão de mundo dentro do pensamento econômico e segui-la invariavelmente sem refletir em suas teorias. É importante lembrar que o socialismo desmoronou, o marxismo está praticamente desacreditado e o neoclássicismo continua sendo a grande ortodoxia ocidental, e, agora também em vários países onde predominava o marxismo. Muitas recomendações neoclássicas para políticas econômicas são defendidas como a “única alternativa”, a “mais responsável”. Pelo menos no socialismo, como se sabe, não havia liberdade de contestação às diretrizes



Como estudante de economia chamou-nos a atenção nas disciplinas de economia brasileira o fato de quando esta, por diversas vezes, enfrentou problemas de inflação elevada e crise de balanço de pagamentos que, as medidas tomadas para o seu combate foram total ou parcialmente ortodoxas, sempre tendo pelo menos uma parte de medidas ortodoxas nas políticas antiinflacionárias e de reversão do déficit no balanço de pagamentos. Isso continua assim até hoje. Por que aconteceu assim? Há explicações para tanto. Mas, para apresentá-las seria necessário analisar alguns destes períodos de crise e inflação alta, principalmente os compreendidos desde a década de 1950 até hoje. Além de entrar numa série de interpretações de alguns autores.

Por motivo de tempo e espaço *infelizmente* não faremos nenhum estudo de algum período de nossa economia. Pois para tal seria necessário um outro estudo metuculoso que demandaria mais tempo e a mesma quantidade de páginas ou até mais, resultando, portanto, uma outra monografia, ou uma monografia muito grande, além do recomendado pelo nosso curso de graduação.

Mas, como este trabalho foi elaborado tendo em vista a economia brasileira, principalmente a atual, no final apresentamos uma breve reflexão da mesma tendo em vista o trabalho aqui apresentado. Nele vamos destrinchar os pressupostos ocultos por trás das explicações e propostas de política econômica neoclássica para o combate da inflação elevada, da crise do balanço de pagamentos, o porquê desta escola recomendar uma maior abertura externa nas áreas comerciais e financeiras, o porquê de se propor reformas estruturais na economia e no Estado ( reformas estruturais segundo a concepção ortodoxa), pois, conforme se observará, para a ortodoxia estes temas estão interligados. Para tanto esta monografia se dividirá nas seguintes partes:

Nesta primeira onde é apresentado o problema de pesquisa, os objetivos pretendidos e a metodologia de trabalho;

Já que estamos estudando sobre a política econômica neoclássica de combate à inflação e seus pressupostos ocultos, iniciaremos o segundo capítulo com uma breve descrição e caracterização de uma política econômica ortodoxa deste tipo;

No capítulo três a explicação dos temas abordados é ampliada e é mostrada a aplicação das teorias nas respectivas propostas de políticas econômicas;

O capítulo quatro apresenta algumas observações de caráter crítico quanto à teoria e uma breve reflexão sobre a economia brasileira, principalmente no período pós plano Real. Apesar de a hiperinflação ter sido extinguida com a implementação dele e à primeira vista poder não parecer fazer muito sentido falar em política de combate à inflação, esta continua sendo utilizada a qualquer ameaça de retorno dela. Nesta reflexão veremos alguns exemplos de como a teoria tem servido para justificar estas políticas;

Por fim o quinto capítulo apresentará as conclusões deste trabalho e trará recomendações para trabalhos futuros.

## **1.2 OBJETIVOS**

1.2.1 Objetivo Geral: Analisar criticamente a escola neoclássica e a sua respectiva política econômica antiinflacionária, conjuntamente com os temas por ela interligados e, mostrar os pressupostos que estão ocultos.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- caracterizar uma política econômica ortodoxa de combate à inflação e crise de balanço de pagamentos, expor os pressupostos que estão ocultos;
- apresentar resumidamente a escola neoclássica com seus postulados e sua essência;
- mostrar como a teoria se aplica nestas políticas ortodoxas;
- apresentar uma crítica.

## **1.3 METODOLOGIA**

A presente monografia foi realizada mediante a análise dos livros relatados na bibliografia. Com base neles foi elaborado o resumo da essência da escola ortodoxa, a caracterização de uma política antiinflacionária com esta inspiração, a extensão da teoria, sua aplicação na economia e as observações críticas como também a conclusão.

A breve reflexão sobre a economia brasileira foi realizada obviamente com base nesta exposição da teoria e em informações sobre nossa economia vinculadas na televisão e tiradas do livro “Novo Desenvolvimentismo”.

## **2. A POLÍTICA ECONÔMICA ORTODOXA ANTIINFLACIONÁRIA E SUA TEORIA SUBJACENTE**

Primeiramente precisamos observar a análise ortodoxa de um país com altas taxas de inflação, ou seja, qual é o seu diagnóstico. Para isto usaremos a explicação fornecida por André Lara Resende no livro *a Ordem do Progresso* (Resende, 1992, p.225-227).

Utilizamos aqui a explicação deste autor porque foi o primeiro texto em que o aluno- autor desta monografia- encontrou, ao longo do curso, uma explanação clara e precisa de uma análise ortodoxa e quais as suas recomendações típicas de política econômica para o combate da inflação. O outro motivo é porque achamos nesta explanação uma explicação bem feita e concisa para os propósitos deste trabalho.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA ORTODOXA**

“Começa no diagnóstico da situação inflacionária. A inflação é percebida como consequência imediata da excessiva expansão monetária... Entende-se por expansão monetária excessiva aquela que é superior à demanda real de moeda por parte dos agentes econômicos”(Resende, 1992, p. 225). Este excesso de expansão da moeda, e também do crédito, causam a inflação, pois geram um sobreinvestimento , o qual, faz com que ocorra uma demanda excessiva na economia em determinado momento, que não consegue ser imediatamente atendida pelo aumento da oferta.

A análise da demanda por moeda, por sua vez, é baseada na teoria quantitativa ou alguma variante próxima. Utilizar esta teoria é admitir uma relação muito estreita entre a taxa de expansão da moeda e da inflação. É o que nos mostra o professor Mankiw no seu livro de Macroeconomia. Em um item referente à Teoria Quantitativa da Moeda, e noutro sobre a sua relação com a inflação e a taxa de juros, após explicá-los, ele tira algumas conclusões desta teoria, entre elas estão:

...a teoria quantitativa da moeda afirma que o nível de preços é proporcional à quantidade de moeda... De acordo com a teoria quantitativa, um aumento na taxa de expansão da moeda de 1% provoca um aumento de 1% na taxa de inflação (Mankiw, 1998, p.118 e 122).

Nisto concorda Resende ao explicar que para a ortodoxia “Inflação é apenas moeda em excesso”(1992, p.225).

Mas, qual é o motivo de se aumentarem excessivamente os meios creditícios? A ortodoxia aponta geralmente três motivos: incompetência, corporativismo e excessiva intervenção do governo na economia. Todos eles materializam-se no **déficit do governo** e no financiamento deste déficit pela emissão de moeda.

A inflação distorcendo o sistema de preços relativos e aumentando o grau de incerteza do sistema, é, assim, consequência da intervenção do governo na economia que perturba o bom funcionamento do sistema de mercado e impede a alocação eficiente de recursos (Ibid, p. 225).

A partir deste diagnóstico, a ortodoxia mostra a receita para controlar a inflação:

- políticas monetária e fiscal restritivas para eliminar o excesso de crédito na economia e eliminar o excesso de demanda. Conforme a ortodoxia, a principal fonte de excessiva expansão monetária é o déficit do Tesouro, daí haver também a necessidade de se ter uma política fiscal restritiva, pois esta, além de contribuir para o êxito da política monetária, é boa em si mesma, porque corta precisamente os gastos do governo os quais são considerados “ineficientes e causadores de distorções na economia” (Ibid, p. 226);
- Diagnosticam-se as dificuldades enfrentadas no balanço de pagamentos “como decorrentes de uma política tarifária protecionista e uma política cambial intervencionista” (Ibid, p. 226), sob as quais desenvolvem-se uma indústria ineficiente, sem competitividade externa e “dependente de importações de bens intermediários e de capital” (Idem, p. 226). Isto gera um déficit comercial que não pode ser compensado com a exportação de produtos primários, “pois a política cambial, na tentativa de subsidiar a indústria, mantém a taxa de câmbio sobrevalorizada e penaliza a atividade primário-exportadora” (Idem, p. 226). Então, recomenda-se abertura externa e redução da proteção a indústria ineficaz;
- O excesso de moeda gera um excesso de demanda, que supera a economia e reflete-se no mercado de trabalho, reduzindo-se a taxa de desemprego a níveis abaixo da taxa natural. Os salários começam a se elevar acima do nível geral de preços, transformando-se em fontes inflacionárias. Ao contrário de como a ortodoxia vê os outros mercados (competitivos, em equilíbrio, ajustando-se rapidamente a mudanças ocasionadas pela política econômica), o mercado de trabalho aparece como uma das dificuldades enfrentadas no combate à inflação, mesmo com o uso da política monetária, a qual, quando corretamente executada, leva a um ajustamento nas pressões de demanda. Isto se deve porque expectativas rígidas da inflação futura, aliadas a sindicatos fortes “mantém as pressões inflacionárias por parte dos salários” (Idem, p. 226) mesmo com uma diminuição da atividade econômica. Deste modo é explicado porque o combate à inflação causa

recessão e desemprego. Por isso é preciso sujeitar os trabalhadores a reverem suas expectativas e pretensões salariais e a contentarem-se com salários mais baixos.

Finalmente, vale lembrar que para a ortodoxia o quadro recessivo da estabilização é visto como um “tratamento médico”, onde são eliminadas as empresas menos eficientes que cresceram às sombras da doença inflacionária e, desta forma, a economia é saneada.

Resende, ao escrever um artigo para uma coletânea que formou um livro, descreve sucintamente a ortodoxia para depois analisar o quão ortodoxa foi a aplicação de um plano de governo nos anos de 1964 a 1967.

Consultando outra fonte de informação sobre a típica análise ortodoxa (Lichtensztein e Baer), que escrevem sobre o FMI e o Banco Mundial e, conseqüentemente, estendem bem mais a explicação, podemos afirmar que a explanação apresentada por Resende está correta. Devemos apenas acrescentar que além do enfoque na inflação, a ortodoxia também focaliza o problema do déficit do balanço de pagamentos, ambos como os dois grandes problemas a serem enfrentados, ocasionados pelo já explicado aumento excessivo dos meios creditícios. Há uma íntima conexão entre equilíbrio monetário interno e externo. O excesso de demanda interna provoca um aumento nas importações além da capacidade do país, isto se reflete no déficit do seu balanço.

Há de se acrescentar também que no período que Resende analisa, o FMI ainda não tinha sofrido uma reformulação nos seus postulados teóricos- que mais tarde foram mesclados com o pensamento monetarista/neoliberal, por força das mudanças no funcionamento da economia internacional- portanto, a sua imposição de política econômica aos países tomadores de crédito era um pouco diferente do que começou a ser depois de meados dos anos setenta. Assim:

sua renovação nos últimos anos...operou mais por alinhamento de seu enfoque tradicional com o moderno pensamento neoliberal: visão financeira do equilíbrio da balança de pagamentos (procurando manter o pagamento dos empréstimos concedidos pelos bancos internacionais), ajuste inflacionário altamente recessivo e a necessidade de consolidar a estabilização mediante mudanças que pretendem reduzir o espaço estatal e redefinir sua participação, bem como realocar os recursos das economias conforme um padrão mais exportador e um financiamento mais apegado às pautas ditadas pelos mercados e pela circulação de capitais internacionais (Lichtensztein e Baer, p.90).

Por que ao se falar sobre a ortodoxia precisamos citar o FMI? Porque o pensamento desta instituição é ortodoxo<sup>2</sup>, e todas as vezes que os países têm problemas em seus balanços de

---

<sup>2</sup> Salama, 1989, p. 9.

pagamentos e recorrem ao Fundo, têm de se submeter a uma série de compromissos e uma política de ajustamento de cunho ortodoxo (Salama, 1989, p.63).

## **2.2 A TEORIA SUBJACENTE**

### **2.2.1 Resumo do Fator Essencial do Pensamento Ortodoxo/ Neoclássico**

Daremos aqui apenas uma descrição resumida, de caráter informativo, do início, do desenvolvimento e da essência do pensamento econômico ortodoxo/ neoclássico. Pois, apresentar uma explicação detalhada destes fatos e discutir os vários modelos teóricos propostos pelos seus principais representantes ao longo do tempo exigiria, no mínimo, que se escrevesse um livro de História do Pensamento Econômico. Não é, obviamente, o objetivo desta monografia, muito menos fazê-lo em um pequeno capítulo.

O sistema neoclássico apresentou inúmeros refinamentos teóricos e, conforme mostra Galbraith: “... seu detalhamento é tão diversificado e especializado que nenhum economista tem a pretensão de conhecer mais do que uma simples fração do total.”<sup>3</sup> Porém “o refinamento não afeta ou sequer toca a substância básica da disciplina”.<sup>4</sup> Portanto, apresentar um resumo não prejudicará o entendimento que quer se passar ao leitor. Apresentaremos um resumo aqui e acrescentaremos outras informações quando analisarmos a teoria exposta em alguns livros didáticos de cunho ortodoxo.

#### **2.2.1.1 O Início da Escola, sua Essência e Principais Características**

A raiz mestra desse sistema é o livro *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicado em 1776. Suas idéias foram desenvolvidas na primeira metade do século XIX: na Grã-Bretanha por David Ricardo, Thomas Malthus, James e John Stuart Mill, e na França por Jean-Baptist Say, que levou as idéias de Smith para o seu país. Todos estes economistas desenvolvendo as proposições de Smith deram suas contribuições teóricas à nascente disciplina da Economia Política ( mais tarde ficou conhecida apenas como Economia). Todo esse desenvolvimento teórico ficou conhecido como sistema clássico.

---

<sup>3</sup> Galbraith, 1988, p. 12.

<sup>4</sup> Ibid, p. 12.

Galbraith mostra que o mesmo tinha quatro idéias originais e que elas ainda continuam influentes, assim este autor as apresenta:

Primeira: a força motivadora ou incentivo do sistema econômico é o interesse pessoal. Ele guia as pessoas no sentido de servirem o interesse comum como se fosse, afirmava Adam Smith, por mão invisível.

Segunda: o sistema é regulado pela concorrência – a concorrência de muitas firmas em cada linha de produção ou comércio. Os preços são estabelecidos por concorrência; todas as firmas ficam subordinadas aos preços de mercado assim estipulados; nenhuma delas pode influir nos preços da praça. ...

Terceira: em face do poder regulador da concorrência; seria necessária pouca regulamentação por parte do Estado. Esta última, aliás, deveria ser tão pequena, discreta e pouco dispendiosa quanto o permitissem a lei e a ordem, e a defesa comum.

Quarta e última idéia: uma vez que a concorrência e o mercado produzem os melhores resultados possíveis, todos querem o máximo possível de ambos. Quanto maior for a área de comércio, tanto mais intensa será a concorrência e mais forte o mercado. Outrossim, quanto maior a oportunidade de especialização – divisão da mão-de-obra – tanto maior a eficiência. Portanto, este é um sistema que advoga fortemente o livre comércio. Este era o esquema original ou clássico.<sup>5</sup>

Nos últimos 25 anos do século XIX “... a adição da chamada análise marginalista por economistas austríacos, britânicos e americanos levou eventualmente a referência à economia *neoclássica* (ou marginalista) em substituição à economia *clássica*.”<sup>6</sup> (itálico do autor, parênteses meus). Esta referência tornou-se geral no início do século passado.

Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia a Escola Marginalista é a

Escola e teoria econômica que define o valor dos bens a partir de um fator subjetivo – a utilidade, isto é, sua capacidade de satisfazer necessidades humanas, ...a escola marginalista considera que a satisfação de cada necessidade requer certa quantidade de um bem ou serviço. À medida que a quantidade consumida pelo indivíduo aumenta, reduz-se a satisfação obtida. O valor de cada bem é dado pela utilidade proporcionada pela última unidade disponível desse bem, ou seja, por sua “utilidade marginal”.<sup>7</sup>

Considera também que fatores de produção como, por exemplo, trabalho, capital e recursos naturais são comercializados num mercado de concorrência perfeita (este suposto mercado está descrito na próxima página) e que, portanto, os seus respectivos preços (salários dos trabalhadores, juros do capital e renda pelo uso dos recursos naturais) correspondem as suas produtividades marginais, ou seja, “...cada classe social recebe o equivalente ao valor gerado pelos fatores que possui.”<sup>8</sup>

Esta escola apresenta indivíduos expressando seus desejos de consumo pelo modo como distribuem sua renda

<sup>5</sup> Galbraith, 1980, p. 15,16.

<sup>6</sup> Galbraith, 1988, p.11.

<sup>7</sup> Sandroni (org), 2002, p.367.

<sup>8</sup> Hunt, 1987, p. 452.

... pelos vários bens e serviços disponíveis a eles nos mercados. Sua tendência,... é distribuir seus rendimentos de tal modo que a satisfação obtida com a última unidade de dispêndio para alguma finalidade específica seja igual à obtida com dispêndios para qualquer outra finalidade. Neste ponto, a satisfação,... é maximizada.<sup>9</sup>

Os consumidores, através do mercado, sinalizam, aos produtores os bens que desejam adquirir. Estes últimos agentes econômicos são considerados pela teoria como pequenos (comparando-se a sua produção individual com a produção total do mercado) e muito numerosos, de modo que suas decisões de compra e venda, e suas possibilidades de entrada e saída afetam muito pouco, ou quase nada, o mercado no qual atuam.

Os desejos dos consumidores se refletem na demanda pelas mercadorias, uma demanda maior leva a preços maiores, desejos menores se refletem numa demanda menor e, portanto, levam a preços menores. A estes sinais respondem os produtores aumentando ou diminuindo sua produção para atender “a vontade do mercado”. É o clássico esquema da oferta e da demanda.

Se em algum mercado as empresas estiverem auferindo grandes lucros, isto atrairá outras empresas que entrarão neste mercado oferecendo também os seus serviços. Pelo aumento da concorrência que haverá entre elas, diminuirão, por conseguinte, os lucros, deixando assim de ser vantajosa a adesão de outras empresas, que cessarão de adentrar neste mercado. Tal conclusão descrita neste parágrafo, e nos dois imediatamente anteriores, é obtida pelo fato da teoria marginalista adotar o **pressuposto da competição perfeita**<sup>10</sup> como já havíamos dito antes.

Apresentamos agora uma definição formal deste modelo:

1. *Aceitação de preços.* Cada empresa vende uma porção **suficientemente pequena** do total da produção da indústria, de tal modo que qualquer decisão sua não influencia o preço do mercado. Então, cada afirma assume o preço do mercado como dado. Da mesma forma, cada consumidor compra uma pequena porção do total produzido pela indústria, de forma que sua ação não influencia o preço. Cada consumidor também assume o preço de mercado como dado. Outra forma de expor este ponto é afirmar que existe um **número muito grande de empresas** e consumidores independentes nesse mercado. Empresas e consumidores assumem (corretamente) que suas decisões não afetam o preço de mercado.
2. *Homogeneidade de produtos.* Todas as empresas produzem produtos idênticos. Assim, os consumidores consideram apenas o preço quando escolhem de que empresa irão comprar, sendo que qualquer empresa que aumente seus preços acima do mercado terá suas vendas reduzidas a zero. Essa hipótese assegura que haverá apenas um único preço de mercado, tornando significativa a discussão sobre oferta e demanda de mercado.

---

<sup>9</sup> Galbraith, 1988, p. 12.

<sup>10</sup> Isto é afirmado no Dicionário de Economia, organizado por Paulo Sandroni, onde vemos que o modelo da concorrência perfeita é peça chave na escola marginalista, vemos isso nas páginas 217, 367, 368.



3. *Perfeita mobilidade de recursos.* As empresas podem entrar livremente na indústria se vislumbrarem uma oportunidade de detenção de lucro, podendo também sair se estiverem perdendo dinheiro. Isto significa que a empresa pode contratar trabalho e adquirir matérias-primas conforme sua necessidade, podendo abandonar ou realocar estes fatores de produção.
4. *Perfeita informação.* Os consumidores dispõem de informação perfeita sobre suas preferências, níveis de renda, preços e qualidades dos bens que compram. Da mesma forma, as empresas dispõem de informação perfeita sobre seus custos, preços e tecnologias.<sup>11</sup>

Ainda vale acrescentar que, considera-se que os consumidores são movidos a maximizarem a utilidade de suas compras de bens ou serviços - condição já descrita anteriormente – e que os produtores são movidos a maximizarem os lucros. Para este último grupo isto seria a empresa estender a

...sua produção até o ponto em que o custo de uma unidade adicional do produto fosse exatamente igual à receita obtida para aquele produto. Dentro da concorrência é claro, isso seria o preço. **O custo marginal seria igual ao preço.** Essa era a condição ideal de eficiência à qual todos os produtores aspiravam. (dentro da teoria)<sup>12</sup>

Importante é também assinalar que as suposições de concorrência entre um grande número de pequenas firmas permitiram aos clássicos, (e estas foram reafirmadas pelos neoclássicos), concluir que nunca haveria uma falta ou superprodução prolongada de mercadorias, estes reveses, quando ocorressem, seriam temporários. Vejamos o porquê.

Essa análise foi feita por Adam Smith, e os seus sucessores da escola clássica, já citados aqui, como por exemplo David Ricardo e Jean-Baptist Say, que deram a ela a sua versão final.

Considerava-se uma sociedade na qual produtores especializados trocavam seus produtos.<sup>13</sup> Eles os produziam simplesmente para poderem obter de outros produtores os bens de que necessitavam e não produziam. Portanto só colocariam bens no mercado com a intenção de poder trocá-los por outros dos quais fossem consumir ou usar no seu próprio processo produtivo. A troca era feita através da moeda, que era considerada somente como: “ O dinheiro é apenas o meio pelo qual se efetua a troca.”<sup>14</sup> Como a moeda não tinha valor intrínseco em si mesma, ninguém queria entesourá-la, por isso a produção (a oferta) criava a sua própria demanda.

Poderia haver falta ou excesso temporários de mercadorias, mas isto seria pelo fato de o mercado não ter atingido o seu equilíbrio. Nesta situação algumas mercadorias teriam seus preços muito baixos ou muito altos. Estaria ocorrendo uma falta das mercadorias com preços

<sup>11</sup> Pindyck & Rubinfeld, 1999, p. 301, grifo meu.

<sup>12</sup> Galbraith, 1980, p.17. Grifo e parênteses meus.

<sup>13</sup> Essa perspectiva tem uma importância até hoje em um segmento pequeno em número, mas influente desta escola, sobre isso discutiremos mais adiante.

<sup>14</sup> Ricardo, 1985, p. 198.

baixos e uma superprodução das mercadorias com preços altos, cujos produtores estariam auferindo grandes lucros. Como descrito alguns parágrafos atrás, a perspectiva de maiores lucros levará as empresas com preços baixos a migrarem para as indústrias com preços mais altos. Segundo o historiador do pensamento econômico, E.K.Hunt, esta migração poderia apresentar dois efeitos. O primeiro seria uma alteração nos preços, elevando os preços mais baixos (ocorreria uma menor produção e vendas para o mesmo número de compradores) e baixando os preços mais altos pelo mecanismo da concorrência. O segundo efeito seria a diminuição da quantidade das mercadorias em falta. Portanto, sempre haveria uma igualdade entre a oferta e a demanda agregada e “...as **faltas** e os **excessos individuais** seriam **eliminados por variações de preços** e pela **migração dos capitalistas** das indústrias de baixo lucro para as de lucro alto.”<sup>15</sup> (grifo meu)

Como, então, era considerado que todas as mercadorias eram vendidas, isso também implicava que alguém sempre receberia a renda desta venda (seja sob a forma de salários, lucros ou renda da terra). Mesmo que os detentores destes rendimentos não os gastassem em sua totalidade, poupando-os, alguém acabaria tomando-os emprestado a uma certa taxa de juros e investindo estes recursos. Caso o dinheiro destas poupanças não fosse utilizado, haveria um excesso de poupança que levaria a uma queda na taxa de juros, fazendo com que fosse novamente interessante pegar este dinheiro para investir.

Todo esse mecanismo de ajuste aqui descrito também considerava que o equilíbrio agregado de mercado seria atingido num ponto onde todos os trabalhadores disponíveis e procurando empregos estariam contratados, algo conhecido como o ponto de pleno emprego. Caso ocorresse desemprego, a competição por empregos levaria os trabalhadores a reduzirem suas pretensões salariais, levando os produtores a obterem um custo marginal menor, tornando assim vantajoso para estes últimos a contratação dos primeiros. Dessa forma o desemprego era explicado tão somente pelo motivo de os trabalhadores estarem migrando de um emprego para o outro, ou por sua recusa de trabalhar a um determinado salário, exigindo que este seja maior.

Esse processo de ajuste dos mercados ficou conhecido como Lei dos Mercados ou **Lei de Say** e foi amplamente aceito pela escola marginalista-neoclássica até meados da década de 1930.<sup>16</sup> Em vista disso este pensamento econômico considerava a economia como sendo auto-reguladora: algo a tirava do equilíbrio mas a sua tendência era a de sempre voltar para ele. Era

---

<sup>15</sup> Hunt, 1987, p. 156.

<sup>16</sup> Ver Galbraith, 1980, p.19; e do mesmo autor o livro de 1988 p.21, da nossa bibliografia.

como se ela fosse semelhante a um pêndulo, não de corda, no dizer de Galbraith. As crises observadas eram consideradas apenas como acidentes, “...períodos de ajuste”<sup>17</sup> no qual, como já explicado, as empresas migravam procurando melhores oportunidades de lucro; ou, como erros de política econômica, geralmente causados pelo Estado em sua excessiva intervenção nos assuntos privados, indo além de suas funções ( como por exemplo administrar a justiça, oferecer segurança nacional interna e externa, proteger os contratos de negócios, e outros mais, o provimento dos bens e serviços necessários à população deveriam ser fornecidos pelo setor privado. Essa delegação de funções está bem caracterizada num ramo atual mais conservador do neoclassicismo, veremos isto mais adiante).

Por tudo o que foi visto até aqui concordamos com o que está escrito no dicionário de economia onde se afirma que: “a análise feita por esta escola caracteriza-se por ser microeconômica, baseada no comportamento dos indivíduos e nas condições de um equilíbrio estático. Com base nestas suposições é que ela estuda os grandes agregados da economia.” (Ibid., p. 217, logo adiante vamos falar sobre os acréscimos da análise macroeconômica feitos à escola neoclássica).

De fato, E.K.Hunt nos mostra um pouco das conseqüências destes fatos para o nosso objeto de estudos da presente monografia:

Para os economistas neoclássicos, a teoria microeconômica (isto é, a economia do bem-estar) permeia todo subcampo teórico de especialização e toda conclusão teórica, prática e voltada para a política econômica. Todas as suas análises de custos e benefícios, suas demonstrações dos ganhos universais com o comércio internacional, suas noções de eficiência de mercado encontradas em todos os ramos da economia aplicada, bem como sua noção de preços racionais, *não tem absolutamente sentido* algum além do manifestado em sua fé de que um sistema de mercado concorrencial e de livre iniciativa tenderá à situação ótima de Pareto. Sem esta situação ótima, estes termos e estas noções não podem ser defendidos. De fato, na ausência de uma situação ótima, estes termos *não tem sentido algum*. Só passam a ter sentido quando os economistas neoclássicos, primeiro, postulam a existência de um ponto ótimo de Pareto; depois, *por definição*, diz-se que todos os agentes de troca auferem vantagens, que os recursos são “alocados eficientemente”...A economia utilitarista neoclássica do bem-estar está presente em quase todas as análises de todos os assuntos teóricos e práticos, e as domina. ( Hunt, 1987, p. 410-411, *itálico do autor, sublinhado meu*)

Hunt afirma que a economia neoclássica do bem-estar é utilitarista, por isso é bom anotar o significado de Utilitarismo, segundo o dicionário Aurélio: é a

Doutrina moral cujos principais representantes são os ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), e que põe como fundamento das ações humanas a busca egoística do prazer individual, do que deverá resultar maior felicidade para maior número de pessoas, pois se admite a possibilidade dum equilíbrio racional entre os interesses individuais. (Ferreira, 1999, p. 2038, *sublinhado meu*)

---

<sup>17</sup> Sandroni (org), 2002,p. 217,368.

A situação ótima de Pareto, por sua vez, é uma situação econômica na qual os recursos (bens, serviços, trabalho, e outros) são alocados de tal maneira que nenhuma realocação diferente pode melhorar a situação de um agente econômico sem piorar a de outro. Este conceito é importantíssimo para a escola marginalista, segundo Hunt ele é “...o conceito básico da economia do bem-estar.” e “**...a teoria microeconômica neoclássica culmina inevitavelmente na norma de optimalidade, de Pareto**”<sup>18</sup>

O já referido historiador das idéias econômicas ainda nos informa que os livros-texto de nível intermediário de microeconomia citam as condições necessárias para o equilíbrio em concorrência pura, condição indispensável para se atingir o ponto ótimo paretiano. Neste ponto, como já explicado, há perfeita alocação de recursos e distribuição de renda, de modo a trazer o máximo de bem estar a todos os participantes do mercado, que, agindo pelos seus próprios interesses, produzem este resultado sem a necessidade da intervenção do Governo. Neste processo os indivíduos são guiados pela famosa “mão invisível” de Adam Smith. Este argumento (da mão invisível) aparece no livro de C.E. Ferguson, que E.K.Hunt usa como exemplo de como o fim e o propósito da teoria microeconômica é chegar na economia do bem-estar. O argumento da mão invisível também aparece no livro texto usado no curso de Ciências Econômicas aqui da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - , de autoria de Pindyck e Rubinfeld. Este livro destes dois autores nós usaremos aqui como exemplo para mostrar como realmente o propósito da teoria microeconômica é chegar na norma do bem-estar, de maneira semelhante como Hunt utilizou o livro de Ferguson para este propósito.

No livro texto de microeconomia de Pindyck e Rubinfeld, o antepenúltimo capítulo (número 16) é dedicado ao Equilíbrio Geral e a Eficiência Econômica.

Na parte final, analisa-se as condições para que a economia seja eficiente, e prova-se, por meio da teoria, porque os mercados perfeitamente competitivos são eficientes (em gerar o ponto de bem-estar para todos os agentes econômicos). Para isso, além da teoria já desenvolvida em todo o livro, usa-se o já citado argumento da mão invisível de Adam Smith, que os indivíduos agindo pelos seus próprios interesses num mercado competitivo, são levados por meio desta mão a uma alocação eficiente de recursos. Após isso, reconhece-se que este resultado só se mantém se os mercados forem perfeitamente competitivos, como na prática isto é difícil de se observar, eles mostram quatro razões básicas para a ocorrência de

---

<sup>18</sup> Hunt, 1987, p. 413, grifo meu.

falhas de mercado<sup>19</sup> (desvio da concorrência perfeita), e dedicam os dois últimos capítulos do livro para analisar a razão da existência destas falhas e o que o Governo e os agentes privados podem fazer a respeito, ou seja: intervir nos mercados para que eles não saiam da condição de concorrência perfeita, conseqüentemente, do ponto ótimo de Pareto.

Conclusão: idealiza-se um funcionamento ideal dos mercados, e onde eles falharem o Governo e os agentes privados intervêm para que eles voltem a condição ideal. Importante é destacar que considera-se que esta intervenção do Governo é imparcial, livre de quaisquer interesses privados<sup>20</sup> e, encontra-se subordinado ao cidadão, assim como também o estão as empresas, como nos informam Galbraith e Hunt.

Essa teoria tem implicações diretas para a política econômica. Como nos mostra Hunt, **o modelo de concorrência perfeita é usado “...como base para a formulação de políticas econômicas por parte dos representantes dos governos.”** (Ibid, p. 417, grifo meu) e, também:

As noções de eficiência, de Pareto, estão por trás (1) da teoria das vantagens comparativas, na teoria do comércio internacional; (2) da maioria das conclusões normativas da teoria neoclássica das finanças públicas; (3) de quase todas as análises de custo e benefício e (4) de quase todas as áreas em que a economia neoclássica afeta as recomendações políticas. (Ibid, p.425, sublinhado meu)

#### 2.2.1.2 Mudanças Ocorridas a Partir da Década de 1930

Importantes modificações na teoria foram incorporadas pelo marginalismo-neoclássico na década de 1930.

Até essa época já se observavam e reconheciam casos de monopólio, mas eles eram considerados exceções que não atrapalhariam o funcionamento do sistema de mercado. Também, nesse período, admitiu-se a existência de oligopólios, que dado o seu tamanho e importância cada vez maiores na economia, foi inevitável o reconhecimento da sua existência pela teoria, embora para isso tivesse havido uma certa resistência inicial. Foi reconhecido o seu poder de fixar preços nos mercados nos quais atuavam, mas, assim como o monopólio, a academia nunca fez do oligopólio o caso geral e nem reconheceu suas conseqüências na paisagem econômica. Ele também foi considerado (até hoje) uma exceção que não atrapalharia o sistema de concorrência. ( Como veremos mais adiante é claro que muitos neoclássicos vêem no monopólio e no oligopólio uma ocorrência de falha de mercado, mas

<sup>19</sup> Falaremos sobre estas falhas de mercado mais adiante neste texto.

<sup>20</sup> Isso para o grupo dos neoclássicos conhecidos como liberais nos EUA, que dominam em termos numéricos o meio acadêmico, em detrimento do outro grupo de neoclássicos conhecidos como conservadores que admitem apenas uma intervenção limitada do governo na economia. A essa distinção voltaremos mais adiante.

apresentam soluções para que essas falhas sejam remediadas, como já citado antes ao nos referirmos aos livros de Ferguson e de Pindyck e Rubinfeld, quando foi falado sobre o livro texto de microeconomia dedicar os últimos capítulos para esta correção, como eles apresentam estas soluções será explicado no subitem 2.2.1.3).

Ainda até aquela década se considerava (e se considera até hoje) que tanto o monopólio como o oligopólio são dirigidos pela perspectiva da maximização de lucros (isso levou a modificações na teoria, agora, por exemplo, para o monopolista esta perspectiva não é mais atingida onde o seu preço iguala o custo marginal e sim onde o preço iguala a Receita Marginal, que corresponde ao ponto onde há mudança na receita decorrente do acréscimo de uma unidade na produção). Importantíssimo também é salientar o fato de que a teoria continua a considerar que

Todas as empresas – este é um ponto vital – permanecem sob o comando do consumidor. A mensagem do consumidor sob a forma de compras maiores ou menores ainda é transmitida ao mercado; esta ainda é a instrução, a única instrução, à qual a empresa e a indústria reagem. (Galbraith, 1988, p. 16, sublinhado meu)

A mais importante contribuição teórica dessa década, e que causou uma grande reviravolta dentro da escola neoclássica, foi dada pelo britânico John Maynard Keynes com a publicação do seu mais famoso livro “A Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro” em 1936. Com este livro Keynes foi o fundador da moderna Macroeconomia dentro do neoclassicismo.

Alguns, talvez, poderiam discordar em classificá-lo como um neoclássico, argumentando que suas idéias e os seus seguidores que as desenvolveram e as tomaram como base para suas pesquisas, acabaram por formar uma nova escola dentro do pensamento econômico. Com certeza o keynesianismo e o Novo e Pós-Keynesianismos têm muitas divergências com a teoria aceita até 1930 (assim como eles também têm com uma variação da escola neoclássica atual, a dos neoclássicos conservadores, dentre estes estão os Monetaristas como exemplo. Sobre estes últimos voltaremos a falar mais adiante).

Porém, lembramos que um dos principais objetivos que levaram o autor da Teoria Geral a escrevê-la foi o de verificar o porquê de as teses marginalistas – nas quais fora instruído – levarem a políticas econômicas inconsistentes/irrelevantes, principalmente naqueles anos da grande depressão. Neste livro ele usou muitos elementos teóricos do marginalismo.

Outro fato relevante que nos mostra que Keynes é um neoclássico é o de surgir nos anos de 1950 um amplo consenso (dentro da escola neoclássica) baseado em muitas proposições de Keynes e de seus antecessores, este consenso foi chamado de *síntese neoclássica*. Do livro de

Olivier Blanchard tiramos uma citação de outro economista neoclássico muito influente a partir do século XX: Paul Samuelson, para confirmarmos esta designação a Keynes<sup>21</sup>:

‘Em anos recentes, 90% dos economistas americanos pararam de ser “economistas keynesianos” ou “economistas antikeynesianos”. Em vez disso, eles trabalharam para criar uma síntese do que é válido tanto na economia antiga como nas modernas teorias de determinação da renda. O resultado pode ser chamado de economia neoclássica e é aceito, em suas linhas gerais, por quase todos os autores, excetuando-se uns 5% de extrema esquerda ou de extrema direita.’ (Blanchard, 2001, p. 597, sublinhado meu)

Segundo Blanchard, esta síntese permaneceria como a visão dominante por outros 20 anos. (Mais tarde ela foi atacada por vários economistas neoclássicos, mas muitas de suas conclusões ainda continuam sendo aceitas e usadas por muitos economistas até hoje). Assim, vemos como o pensamento de Keynes acabou sendo integrado à escola neoclássica, e dela faz parte até hoje.

Pois bem, visto isso voltaremos agora às observações que este último teórico fez, e as mudanças que elas provocaram nesta escola do pensamento econômico.

Ele atacou a Lei de Say e a deixou quase sem vestígios. Aceitar a idéia de um sistema auto-regulado, cujas crises não são crises e sim apenas ajustes temporários, no qual os trabalhadores não trabalham apenas se não quiserem, ou seja, não existe desemprego involuntário, aceitar isso já era difícil em épocas estáveis, muito mais ainda era o fazer na época da grande depressão, onde milhares de pessoas aceitavam trabalhar por qualquer salário vigente. Propor que o Estado nada deveria fazer e deixar que as coisas por si sós melhorariam, também não fazia nenhum sentido.

Keynes criticou a economia neoclássica (que ele chamava de economia clássica, incluindo até acadêmicos contemporâneos seus, aqueles que aceitavam a Lei dos mercados de Say), criticou esta lei, a idéia do equilíbrio automático de pleno emprego, a inexistência de desemprego involuntário e de crises econômicas.

Mostrou que a cada momento o nível de emprego depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda gasta em consumo e investimento. Também explicou que ao contrário de uma economia de trocas, onde a moeda era o intermediário (como a economia clássica a analisava, conforme escrito atrás), numa economia monetária a moeda desempenhava um papel primordial. Ela possibilitava aos vendedores vender e não gastar imediatamente o dinheiro, por vários motivos eles podem preferir entesourá-lo (pois o dinheiro também têm

---

<sup>21</sup> O motivo de se tirar a citação do livro de Blanchard e não de Samuelson é porque só se encontra o livro deste último em inglês na biblioteca e, também porque Blanchard cita a edição de 1955 do livro e não a 7ª de 1973 que se encontra lá.

esta função: a de reserva de valor). Quando ocorre esse entesouramento cai a demanda efetiva, como consequência cai a atividade econômica e a renda. Diminuindo a demanda efetiva e a atividade econômica cai a procura por trabalhadores e, portanto, aumenta o nível de desemprego. Ao analisar as variações de produção e emprego, concluiu que o fator responsável pela alteração no volume de emprego é a procura por mão-de-obra. Desse modo as crises ocorrem por variações nas propensões a consumir e a investir e ao aumento na preferência por entesourar a moeda (o que ele chamou de preferência pela liquidez). Assim a economia pode encontrar o seu equilíbrio agregado com um alto nível de desemprego, ocasionado pela demanda insuficiente, que leva os empresários a obterem uma produção menor, isto é, abaixo do nível necessário para contratar todos os trabalhadores.

Por isso Keynes defendeu a intervenção do Estado para contrabalançar os excessos do ciclo econômico (a recessão com desemprego, como já vimos), e a superprodução, que ocorre quando a demanda agregada da economia é superior a capacidade instalada das empresas em um determinado momento, isto é, sua capacidade em determinado momento de atender a demanda é inferior a ela, nesse caso há o perigo da inflação.

Nos casos de recessão o Estado poderia utilizar seus instrumentos de política econômica para estimular os investimentos e sustentar o patamar da demanda. Ele poderia tomar emprestado e gastar mais do que arrecadasse em impostos e, também, diminuir estes últimos, seria o instrumento conhecido em economia como Política Fiscal. Também poderia diminuir as taxas de juros para níveis abaixo das expectativas de lucros dos empresários (chamada de eficiência marginal do capital pelos marginalistas). Para a execução deste objetivo o Estado dispunha (e ainda dispõe) de três meios principais:

- comprar títulos públicos possuídos pelos bancos, assim eles ficariam com mais dinheiro para emprestar;
- oferecer uma favorável taxa de juros para que estes últimos agentes tomassem dinheiro emprestado do Banco Central, assim também haveria um maior volume de recursos para empréstimos;
- diminuir o compulsório, isto é, a quantia percentual mínima de moeda que os bancos são obrigados a manter no Banco Central.

A execução destas operações aumentam a quantidade de moeda na economia, propiciando uma redução nas taxas de juros, favorecendo as pessoas e empresas que dependem de empréstimos para suas atividades. Portanto, favorecem o aumento no nível da atividade



econômica. Estas medidas que fazem variar a quantidade de moeda na economia são conhecidas como Política Monetária.

Nos casos em que houvesse superprodução era necessário fazer o processo contrário com as políticas monetária e fiscal para evitar o perigo da alta inflação.

Com isso passou-se a acreditar - pela imensa maioria dos neoclássicos inicialmente, antes de haver contestações a isto mais tarde, sobre essas contestações falaremos mais adiante - que poderia se abrandar muito do ciclo econômico e gerar um resultado próximo do pleno emprego.

Conforme dito antes, a força das circunstâncias da grande depressão mostraram a insustentabilidade da Lei de Say. Por isso Keynes não teve muitas dificuldades em a atacar e a destruir com grande sucesso. Mas é importante frisar que ele não atacou e quis preservar "...o poder motivador do interesse próprio e a função benigna e reguladora da concorrência e do mercado"<sup>22</sup> Supunha-se, portanto, que as empresas reagiriam à política econômica e ao mercado. Se a demanda for ampliada as empresas atenderão a essa "...instrução do mercado e aumentarão a produção e o emprego."<sup>23</sup> Se a demanda se contrair as empresas reagirão renunciando ou reduzindo preços. É aquilo que Galbraith chama de gestão da economia através do mercado. É a suposição que está por trás das medidas ortodoxas de combate à inflação: "...os esforços ortodoxos para combatê-la ( a inflação), que pressupunham a preeminência continuada do mercado"<sup>24</sup>, e também: "...medidas ortodoxas de combate à inflação - aquelas que supõem a preeminência continuada do mercado."<sup>25</sup>

Aqui o autor citado está se referindo ao uso das políticas monetária e fiscal para conter a inflação, fazendo o oposto do que descremos antes, descrevemos como o Governo deveria usá-las para estimular a demanda e fazer com que a economia saia da recessão. No caso do combate à inflação o Governo usa estas políticas para diminuir a demanda agregada.

Esse pressuposto adotado pela ortodoxia tem implicações diretas na economia quando da aplicação de medidas ao combate da inflação. É o que nos mostram autores como Bresser Pereira e John K. Galbraith em alguns de seus livros, onde fazem observações críticas a respeito disso. Voltaremos-nos para estas observações nos capítulos 3 e 4.

Por enquanto temos de encerrar este resumo mostrando como está o pensamento neoclássico atualmente.

---

<sup>22</sup> Galbraith, 1980, p. 18.

<sup>23</sup> -----, 1988, p. 23.

<sup>24</sup> Ibid, p. 192, parênteses meus.

<sup>25</sup> Ibid, p.193.

### 2.2.1.3 A Atual Divisão dentro da Escola Neoclássica

E.K.Hunt nos informa que ela está dividida em duas correntes:

- aqueles que aceitaram uma ampliação do papel e do poder do Governo na economia para corrigir certas falhas, sendo chamados nos meios políticos dos EUA de **liberais**, eles dominam em termos numéricos o pensamento neoclássico; e
- os que recusam esta participação maior do governo fazendo uma defesa mais rigorosa do *laissez-faire*, afirmando que o principal papel do Estado deve ser o de manter a lei e a ordem, fazer cumprir os contratos e proteger a propriedade privada, nos EUA são conhecidos como **conservadores**. Estão mais ou menos divididos entre as escolas Austríaca e a de Chicago, são em menor número, mas influentes também.

Informamos ao leitor que deste ponto em diante usaremos estas nomenclaturas: *neoclássicos liberais e conservadores*, para nos referirmos a cada um destes grupos com suas respectivas visões de mundo. Passaremos agora a explicar cada uma destas escolas.

Pode-se notar que foram os neoclássicos liberais que aceitaram as contribuições dadas por Keynes em 1936, aceitaram e acreditam numa intervenção neutra, imparcial do Estado para correção das falhas de mercado – desvio da concorrência perfeita - (segundo nos explicam Hunt e Galbraith os neoclássicos liberais acreditam que essas intervenções do Estado não atendem aos interesses de quaisquer grupos políticos ou de quaisquer interesses particulares, são feitas unicamente para corrigir estas falhas), e também acreditam que a administração econômica se dá através do mercado, conforme explicado antes. Muitos deles reconhecem que a concorrência perfeita nunca existiu e nunca existirá, ela é basicamente um modelo normativo que descreve muito por alto o funcionamento da sociedade. Porém, mesmo assim, não se abandona o uso deste modelo para uma série de análises teóricas, o ensino acadêmico e as recomendações políticas. Hunt analisando um dos mais expoentes neoclássicos liberais, Paul Samuelson, faz uma citação na qual Samuelson reconhece que nem todos os mercados funcionam em concorrência perfeita, porém, com certas intervenções (que mostraremos a seguir nesta monografia) Samuelson mostra que se pode ter uma situação muito próxima da ideal. Por isso continua-se utilizando o modelo da concorrência perfeita como sendo ‘...**ainda é um instrumento indispensável para a interpretação da realidade.**’<sup>26</sup> Hunt nos mostra

---

<sup>26</sup> Hunt, 1987, p. 484, grifo meu. O motivo de se tirar a citação do livro de Hunt e não diretamente do Economics, de Paul Samuelson, é o mesmo descrito na nota de número 21.

então quatro áreas gerais em que os economistas da escola liberal reconhecem a inadequação da teoria da concorrência perfeita:

- 1- na instabilidade do sistema capitalista irrestrito e de livre mercado. Isto é, o capitalismo pouco regulamentado pelo governo. Deixado a funcionar por si mesmo com poucas restrições,
- 2- a existência de grandes empresas que detêm considerável poder nos mercados nos quais atuam,
- 3- a existência de bens públicos, e
- 4- as externalidades.

O leitor deve se lembrar que já falamos sobre isso. Porém, só citamos o fato de que eles reconheciam estas inadequações sem as explicarmos. Aqui vamos elucidá-las. Antes, acrescentamos que o livro texto de microeconomia (de Pindyck e Rubinfeld) adotado pelo curso de ciências econômicas aqui da Universidade Federal de Santa Catarina, fala sobre as três últimas inadequações citadas acima, mas não fala da primeira. Além destas três últimas este livro de Microeconomia nos acrescenta outra inadequação do modelo de concorrência perfeita: a informação incompleta ou informação assimétrica, quinta aqui da nossa lista portanto.

Dispomos então de cinco desvios da perfeita concorrência para explicar e dizer as soluções apontadas pelos neoclássicos liberais a fim de se alcançar algo próximo deste ideal.

- 1) A instabilidade do sistema de livre mercado = reconhece-se que se a economia operar por si mesma ela passará constantemente por depressões de intensidade e durações variadas. Como solução apontam a intervenção do governo com as políticas monetária e fiscal para abrandar o ciclo econômico e, assim, obter uma estabilidade razoável dentro do capitalismo atual;
- 2) Poder de mercado das grandes empresas (Monopólio, Oligopólio, Monopsônio, Oligopsônio) = empresas que tem poder para influenciar os seus preços de venda e compra de seus produtos, respectivamente. Se uma ou mais empresas têm o poder de influenciar os preços, foge-se ao domínio do mercado perfeitamente competitivo. Como solução aponta-se novamente para a interferência do governo através das leis antitruste e os seus órgãos de regulamentação. Conta-se também com a vigilância do público para isso;
- 3) Bens Públicos = bens que são socialmente desejados e necessários, mas que não dão lucros aos empresários para fornecê-los. Possuem a característica de serem não-

disputáveis e não excludentes no seu consumo. Isto significa, respectivamente, que o custo marginal de sua produção é zero para um consumidor a mais e que quaisquer pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Como exemplo de bens públicos temos a defesa nacional, um canal de televisão Estatal e um farol marítimo. Como solução para esta falha de mercado recorre-se novamente a interferência do governo para o fornecimento desses bens;

- 4) Externalidades = o efeito da ação de um ou mais produtores e consumidores de um mercado em outros produtores e consumidores de um outro mercado. Podem ser positivas ou negativas. Como exemplo de positivas temos a construção de uma rodovia perto de produtores agrícolas, fato que os ajudaria a baixar seus custos de transporte. Como exemplo de externalidades negativas temos o caso em que uma usina de aço despeja seus efluentes em um rio do qual os pescadores dependem para o seu sustento. Com a ocorrência de externalidades os custos privados são diferentes dos custos sociais. Como solução desta falha de mercado aponta-se para o governo, o poder judiciário e, em alguns casos, a própria negociação direta entre as partes envolvidas;
- 5) Informação Incompleta = ocorre quando certos agentes econômicos possuem mais informações do que outros nas transações que efetuam. Por exemplo: os vendedores de certos produtos e serviços sabem mais a respeito da qualidade dos mesmos do que os consumidores, os trabalhadores e os compradores de seguros sabem mais a respeito de suas habilidades de trabalho e de suas condições de risco – respectivamente – do que os empregadores e os vendedores de seguros. Há também o caso dos administradores de empresas que conhecem mais a respeito das informações estratégicas das mesmas do que os seus proprietários e acabam agindo de maneira diferente ao interesse destes últimos. As soluções apresentadas no livro de microeconomia citado por último abrangem a ação do setor privado e do governo. Os vendedores de produtos e serviços de boa qualidade – para manterem o preço de seus produtos e diferenciá-los dos de má qualidade – podem emitir *certificados e garantias*, oferecer produtos e serviços *padronizados*, ou encontrarem quaisquer outras formas de manterem a *reputação* para os seus produtos. Os trabalhadores mais produtivos podem adquirir educação de nível superior como uma forma de se diferenciar dos demais. Para evitar o problema com os administradores da empresa podem-se elaborar contratos prevendo o comportamento dos mesmos com incentivos para a consecução dos resultados. Indivíduos mais idosos podem ter dificuldades em conseguir

seguro saúde. Neste caso o governo pode intervir oferecendo este tipo de seguro para este grupo de pessoas.

Assim, para os **neoclássicos liberais**, o governo e os agentes privados agindo consoante cada situação de falha de mercado ( desvio da concorrência perfeita) podem conseguir algo que se aproxima muito do modelo idealizado na teoria, trazendo benefícios e bem-estar para todos os participantes do mercado. Isto já havia sido dito antes neste trabalho, fez-se novamente essa afirmação aqui para servir de conclusão e reforço para um bom entendimento a respeito do pensamento dos economistas neoclássicos liberais.

A outra importante corrente da escola neoclássica – como já dito – é conhecida nos EUA como a dos **neoclássicos conservadores**, são menores numericamente, mas influentes também, estão divididos mais ou menos por igual entre as escolas Austríaca e a de Chicago. Sendo que esta última, segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, é portadora do pensamento Monetarista, assim chamado por considerar que as mudanças na oferta de moeda são as causas básicas das variações no PIB nominal e no nível de preços e também por considerar a possibilidade de se manter a estabilidade da economia apenas por medidas monetárias. Mas, esta escola também pertence a vertente conservadora do neoclassicismo. Falaremos sobre as particularidades do monetarismo logo adiante.

Os neoclássicos conservadores rechaçam a ampliação da intervenção do governo na economia, creditando a ele poucas funções. Acreditam e defendem os mecanismos da competição e do livre mercado como existentes na maior parte da economia e que deixados sem interferência realizam bem as suas funções. Advogam um mais extremo laissez-faire. O governo deve realizar somente aquilo que os agentes privados não podem, ou não teriam lucro em fazer. Mas, diferentemente dos liberais, vêem muito menos necessidades de intervenção do governo para isso, conforme veremos a seguir.

Da leitura de “Capitalismo e Liberdade” de Milton Friedman – grande expoente dos conservadores – vemos, na exposição de sua filosofia, uma preocupação com a concentração de poder nas mãos do Estado. Tal fato pode dar ocasião há que se interfira nas liberdades individuais das pessoas, pois para proteger a liberdade delas é que o governo foi estabelecido. Segundo o autor o tema principal desse seu livro é o papel do capitalismo competitivo, o qual ele considera como um sistema de liberdade econômica e como condição necessária à liberdade política das pessoas. O tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade que busca a liberdade como seu objetivo, e que conta principalmente com o mercado para organizar a sua atividade econômica (estes dois grandes temas discutidos neste

livro ilustram muito bem as atribuições que os conservadores dão aos agentes privados e ao governo). Mais adiante neste livro o teórico fala em como impedir que o governo e as pessoas interfiram nas liberdades individuais umas das outras, como impedir a coerção física de um indivíduo por outro, como coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas, estes são problemas básicos da organização social.

Para fazê-la, segundo este autor, só há dois meios:

- um é a direção centralizada de um governo usando a coerção, vistos na técnica do uso do Exército e do Estado totalitário moderno;
- o outro meio é a cooperação voluntária dos cidadãos, ou seja, a técnica do mercado (aquele mercado neoclássico retratado na teoria, descrita nesta primeira parte deste trabalho).

Assim, Milton Friedman define o papel que o Estado deve realizar:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais (as externalidades) consideradas como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo...um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar...

Entretanto, fica também óbvio que tal governo teria funções claramente limitadas e não se envolveria numa série de atividades, agora desenvolvidas pelos Governos Federal e Estadual nos Estados Unidos e pelos órgãos equivalentes em outros países do hemisfério ocidental. (Friedman, 1984, p.39, parênteses meus)

Estas atividades às quais Friedman se refere devem ser desempenhadas, segundo ele, pelos agentes privados, que alocarão recursos, fornecerão mercadorias e serviços necessários a vida das pessoas, distribuirão renda e farão tudo racional e eficientemente de modo a trazer vantagens a todos os participantes do mercado, conquanto possam funcionar sem interferência e com o governo garantindo as condições básicas de ordem social como descrita por Milton Friedman em nossa citação.

As escolas austríacas e de Chicago têm em seu pensamento, uma concepção de sociedade como sendo formada por pessoas e **pequenas unidades** familiares que trocam os seus produtos. E.K.Hunt se referindo diretamente a essas escolas afirma: “Elas geralmente reduzem, como veremos, todo comportamento humano a atos de troca... Em sua teoria não existem trabalhadores nem capitalistas; existem apenas indivíduos que trocam.”<sup>27</sup> Quando Milton Friedman falou da cooperação voluntária dos cidadãos e da técnica do mercado para organizarem a sociedade, ele também tem esta concepção em mente, segundo ele:

---

<sup>27</sup> Hunt, 1987, p. 488,489.

"A possibilidade da coordenação, por meio da cooperação voluntária, está baseada na proposição elementar...de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, desde que a transação seja bilateralmente organizada e voluntária.

A troca pode, portanto, tornar possível a coordenação sem a coerção. Um modelo funcional de uma sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária é a economia livre da empresa privada – que denominamos, até aqui, de capitalismo competitivo.

Em sua forma mais simples, tal sociedade consiste num certo número de famílias independentes – por assim dizer, uma coleção de Robinson Crusóes. Cada família usa os recursos que controla para produzir mercadorias e serviços, que serão trocados por bens e serviços produzidos por outras famílias, na base de termos mutuamente convenientes para as duas partes.” (Friedman, 1984, p.21,22.)

Continuando a leitura deste trecho o autor nos informa que as famílias sempre têm a alternativa de produzir diretamente para o seu próprio consumo, portanto não são obrigadas a participarem de uma troca a não ser que esta lhes seja vantajosa. Assim obtêm-se a cooperação sem a coerção.

Ele também reconhece que numa sociedade moderna a especialização de funções e divisão do trabalho não se desenvolveriam tanto se a família fosse a unidade de produção. Assim ele fala do papel das empresas e do dinheiro como intermediários nas trocas entre os indivíduos. Porém, importantíssimo é dizer que logo após este reconhecimento Friedman conclui:

“A despeito do papel importante das empresas e do dinheiro na nossa economia atual, e a despeito dos problemas numerosos e complexos que levantaram, a característica central da técnica de mercado para obter a cooperação está completamente representada na simples economia de troca, que não contém nem empresas nem dinheiro.” ( Ibid, p.22, sublinhado meu)

Quanto àquelas cinco áreas nas quais os neoclássicos liberais apontam como falhas de mercado, os conservadores não se preocupam muito com elas. Em “Capitalismo e Liberdade” o que mais preocupa Friedman são os monopólios surgidos por condições de ordem técnica e as externalidades. Vamos examinar o que se afirma neste livro (que pode ser considerado uma amostra que expõem o pensamento dos neoclássicos conservadores) e no livro de “História do Pensamento Econômico” de E.K. Hunt sobre aquelas áreas de falhas de mercado, como os neoclássicos as chamam.

- 1) **Sobre a instabilidade do sistema de livre mercado** = negam que tal exista, quando ocorre é por culpa do governo. “ Acontece que a Grande Depressão, de modo

semelhante a outros períodos de grande desemprego, foi causada pela incompetência do governo – e não pela instabilidade inerente à economia privada”.<sup>28</sup>

- 2) **Poder de mercado das grandes empresas** = Considera-se que podem existir empresas que sejam grandes em tamanho absoluto, mas não em tamanho relativo ao total do mercado no qual atuam:

“...a partir de meus estudos das atividades econômicas nos Estados Unidos, fiquei cada vez mais impressionado com a amplitude de problemas e indústrias para os quais é possível tratar a economia como se fosse competitiva... O fato mais importante a respeito do monopólio na indústria é sua relativa pouca importância do ponto de vista da economia como um todo.” (Ibid, p.112.)

Para este último autor citado existem três fontes principais de monopólio:

2.1) *Por motivo de ordem técnica*: segundo ele, o monopólio técnico surge por ser tecnicamente eficiente em existir uma só empresa. Um exemplo é a prestação de serviços de fornecimento de água e telefone em uma determinada localidade. (Ele estava considerando telefones fixos, pois na época a qual escreveu – 1956, revisto em 1982 – não existiam ainda telefones celulares. Mesmo se houvessem eles não entrariam, por motivos óbvios, na discussão de haver ou não monopólio de ordem técnica.)

2.2) *Assistência direta e indireta do Governo*: essa frase do teórico resume bem este sub-item: “Provavelmente, a maior fonte de poder de monopólio é a assistência do governo, direta ou indireta.”<sup>29</sup> A seguir ele fornece exemplos nesse sentido. Como solução para este problema é apontado o esforço que se deve fazer para “...evitar o favorecimento de monopólio pelo governo ou estimular a efetiva aplicação de regras como as que fazem parte de nossas leis antitruste.”<sup>30</sup>

2.3) *Conluio privado ou acordos conspiratórios*: Friedman cita Adam Smith quando este último fala das reuniões de pessoas do mesmo ramo de negócios com o fim de conspirarem contra o público para aumentarem os seus preços de venda. Porém, segundo Friedman, este mal é pequeno: “Tais conspirações ou arranjos para cartéis privados estão, portanto, surgindo sempre. Contudo, são em geral instáveis e de breve duração – a não ser que possam invocar a assistência do governo.”<sup>31</sup> Para aquelas que oferecerem perigo basta aplicar as leis antitruste.

Portanto, o monopólio não é visto como tendo muita importância quanto a sua atuação na indústria.

---

<sup>28</sup> Ibid, p.43.

<sup>29</sup> Ibid, p. 119.

<sup>30</sup> Ibid, p. 33, 34.

<sup>31</sup> Ibid, p. 121.



- 3) **Bens Públicos** = Segundo E.K.Hunt “...o único bem “legítimo” consumido socialmente que essas escolas ( a de Chicago e a Austríaca), geralmente, acham que o Governo deve oferecer é a defesa (nacional).”<sup>32</sup> A seguir Hunt cita Milton Friedman: “ Eu não posso ter o total de defesa nacional que desejo e você ter um total diferente.”<sup>33</sup>
- 4) **Externalidades ou efeitos laterais** = já explicamos o que são, quando dissertamos sobre os neoclássicos liberais. Friedman afirma que elas impedem a troca voluntária – ou seja, constituem-se em desvio do mercado perfeito – “...porque é difícil identificar os efeitos em terceiros e medir sua magnitude.”<sup>34</sup> Ele pergunta quando vale a pena o governo intervir para eliminá-las, se intervindo para eliminar algumas não estará criando outras. Isso pode ser ruim pois “ Toda a ação de intervenção governamental limita a liberdade individual diretamente e ameaça a preservação da liberdade indiretamente...” (Ibid, p. 37) O que este último autor escreveu no capítulo onde também incluiu as externalidades, são, segundo ele, apenas princípios de orientação geral, não fornecem uma regra de atuação para cada caso particular. O que ele propõe é que em cada caso particular onde se cogite a intervenção governamental, deve-se ponderar o caso e anotar as vantagens e desvantagens de se fazer isso.

Sobre a informação assimétrica ( nosso número cinco atrás) não encontramos nada em Hunt ou em Friedman que dissertasse quanto a isso.

Deve-se salientar aqui, que usamos inúmeras citações de Milton Friedman para comprovar com as próprias palavras de um neoclássico conservador as idéias destas duas escolas ( austríaca e a de Chicago). Mas, o uso de um único autor como amostra representante destas duas escolas – como se usou aqui – pode ser feito para expor as idéias delas? Com Friedman pode-se verificar que sim. No prefácio do seu Capitalismo e Liberdade lemos:

“ Devo a filosofia enunciada neste livro e boa parte dos detalhes envolvidos a inúmeros professores, colegas e amigos e, acima de tudo, a um distinto grupo com quem tive o privilégio de estar associado na Universidade de Chicago: Frank H. Knight, Henry C. Simons, Lloyd W. Mints, Aaron Director, Friedrich A. Hayek, George J. Stigler. Peço que me perdoem por não indicar, de modo específico, as inúmeras idéias que lhes tomei e apresentei neste livro. Aprendi tanto com todos eles que tais ensinamentos se tornaram parte de mim mesmo; seria difícil, agora, selecionar pontos para notas de rodapé.” ( Ibid, p. 9,10.)

Friedrich A.Hayek, junto com Ludwig von Mises ( que Friedman não fez referências nestes agradecimentos) eram da escola austríaca e, juntamente com Frank H. Knight, exerceram a

<sup>32</sup> Hunt, 1987, p. 489, parênteses meus.

<sup>33</sup> Friedman, 1984, p. 30.

<sup>34</sup> Ibid, p. 37.

influência mais importante na formação da Escola de Chicago, conforme nos explica E.K.Hunt (página 486 do seu já mencionado livro).

#### 2.2.1.4 As Concepções do Monetarismo

Finalizando a parte sobre os conservadores explicaremos as particularidades do monetarismo, cujo entendimento é importante. Pois, conforme foi apresentado sobre a caracterização da política econômica ortodoxa, quando os países recorrem ao FMI e submetem-se a uma política de ajustamento ortodoxa, estão aplicando teses monetaristas, pois estas últimas foram absorvidas pelo Fundo durante os anos de 1970.

O Novíssimo Dicionário de Economia identifica a escola de Chicago como sendo Monetarista. Nos verbetes sobre o monetarismo, a escola de Chicago e a inflação encontramos as seguintes informações:

- como os demais neoclássicos conservadores crêem firmemente nos mecanismos da competição e do livre mercado, portanto são contra a participação do Estado na grande maioria das atividades econômicas;
- sustentam a possibilidade de se manter a estabilidade na economia apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro;
- o monetarismo explica as flutuações da economia não pelas variações do investimento, mas pelas variações da oferta de dinheiro, contrastando diretamente com os Keynesianos;
- dessa forma considera que a provisão de dinheiro é o fator central de controle no processo de desenvolvimento econômico;
- adotam a teoria quantitativa da moeda. Partindo da equação de troca ou equação quantitativa:

$$PY = MV, \text{ onde}$$

P= nível de preços da economia;

Y= produto agregado real da economia, o produto de Y e P dá o PIB Nominal;

M= quantidade de moeda na economia; e

V= velocidade renda da moeda.

Considera-se que o produto real e a velocidade mudam de forma estável no tempo, Gregory Mankiw nos informa que a teoria considera a velocidade como constante.<sup>35</sup> Portanto,

---

<sup>35</sup> Mankiw, 1998, p.118.

as variações no nível de preços seriam decorrentes das variações na quantidade de moeda. Como quem controla a quantidade de moeda na economia é o Banco Central e ele está subordinado ao Governo, então o Governo é o culpado pelo nível de inflação. Esse fato acontece – segundo os monetaristas – quando o governo tem planos de gastos acima da capacidade de tributação e endividamento do Tesouro Nacional, concede uma quantidade excessiva de créditos subsidiados e propicia uma taxa de juros abaixo do nível de equilíbrio do mercado. Como não ocorrem aumentos equivalentes no produto real ou na velocidade da moeda, os preços sobem.

A receita para a reversão desse quadro é aquela descrita no item 2.1 sobre a caracterização da política econômica ortodoxa. Dessa forma vê-se como aquela análise ortodoxa da inflação e as recomendações para controlá-la devem muito a doutrina monetarista (uma outra parte da ortodoxia para a análise e o combate da inflação provém da teoria keynesiana, como explicaremos mais adiante).

Vale salientar que a escola de Chicago, que, como já foi dito, é monetarista, tem essa visão típica dos governos usando seu poder para gastar além dos limites criando como consequência inflação, esta visão é uma constante em suas análises. Falando sobre isso Miguel Colasuonno escreveu: “ Partiam do pressuposto da tendência de os governos assumirem posições “populistas” – aumentando os dispêndios além da capacidade de geração de receita - , quando dispõem de liberdade para criar dinheiro.”<sup>36</sup>

Em 1956 Milton Friedman apresentou seu desenvolvimento sobre a teoria da demanda por moeda, trazendo assim alguns aperfeiçoamentos na análise da teoria quantitativa. Incluiu o estudo de outros ativos financeiros como alternativas a moeda, utilizou o conceito da renda permanente para explicar a estabilidade da demanda pela mesma. A renda permanente, segundo Friedman, é a parte da renda que as pessoas esperam manter no futuro, é a renda média esperada de longo prazo. Por causa dela a demanda por moeda é estável no tempo, varia pouco durante os ciclos econômicos. Aumenta pouco nas fases de expansão e diminui pouco nas épocas de recessão. Essa perspectiva somada a sua visão de que as variações nas taxas de juros tem um efeito pequeno sobre os retornos esperados dos ativos financeiros em relação à moeda, levam a conclusão de que **a velocidade é previsível**, diferentemente de antes quando a se **considerava constante**. Porém, mesmo se considerando a velocidade previsível, a oferta de moeda continua sendo a principal determinante do PIB Nominal e, portanto, da inflação, como já afirmava a teoria quantitativa da moeda. Dessa forma: “...a

---

<sup>36</sup> Apresentação ao Capitalismo e Liberdade, por Miguel Colasuonno, 1984, p. XII.

teoria da demanda por moeda de Friedman é na verdade uma **reafirmação** da teoria quantitativa porque leva à mesma conclusão sobre a importância da moeda para o gasto agregado.”<sup>37</sup>

Portanto a abordagem aperfeiçoada em 1956, não alterou significativamente a posição, e as conclusões dos monetaristas sobre o papel desempenhado pela moeda, e pelo governo – como responsável pela sua oferta – na economia.

#### 2.2.1.5 As Expectativas Racionais – Uma Introdução

Como já dito na página 14, não se entraria – neste trabalho – em muitos detalhes e nem se apresentaria modelos teóricos específicos, desenvolvidos ao longo do tempo pelos clássicos e neoclássicos. Que concentraríamos nossa atenção sobre a essência do pensamento desta escola. Abrir-se-á, agora no final, uma exceção<sup>38</sup>, a fim de explicar a Teoria das Expectativas Racionais. Grandemente difundida no início dos anos de 1970. Tal exceção se faz necessária em virtude do impacto desta teoria sobre o pensamento econômico ortodoxo e a mudança de visão que ela provocou em vários economistas e formuladores da política econômica. Também influenciou a visão quanto à eficácia desta última em suavizar os ciclos pelos quais passa a economia e os requisitos necessários para se combater a inflação.

Aqui, no final deste capítulo, explicar-se-á o que é, e o que afirma a teoria das expectativas racionais. No item 3.3 informar-se-á a implicação que esta teoria trouxe quanto ao uso da política econômica para controlar o produto agregado e a inflação, quando a expusermos com mais detalhes e também a típica análise ortodoxa da inflação. Parte destas informações extraiu-se de três livros didáticos neoclássicos.

Keynes já tinha falado na Teoria Geral sobre a importância das expectativas quanto ao futuro do cenário econômico que os agentes têm, para a determinação do consumo e do investimento agregados, portanto, também para as variações na demanda e no produto agregados. Expectativas otimistas de vendas, por exemplo, faria com que os empresários investissem mais na produção, contratassem mais trabalhadores. Isso levaria a um aumento no número de pessoas com emprego e, portanto, com renda para gastar. Estas últimas, esperando cenários otimistas, gastariam um pouco mais dos seus salários.

---

<sup>37</sup> Mishkin, 2000, p.329, destaque meu.

<sup>38</sup> Outra exceção é aberta no item 3.2 onde se fala de outras teorias das vantagens comparativas e do teorema de Heckscher-Ohlin.

Porém, achava-se, e ainda ficou assim até a década de 1960, que as expectativas se formavam apenas com base nos acontecimentos passados. Essa visão da formação das expectativas chama-se **expectativas adaptativas** e, diz que a formação das expectativas nos agentes econômicos acontece de forma lenta e gradual conforme mudem os dados passados. Por exemplo, as expectativas para a inflação eram consideradas como uma média dos preços anteriores. Se nos períodos passados a inflação tivesse ficado em uma média de 3%, as expectativas para ela no futuro seriam de 3%. Caso a inflação subisse a uma taxa constante de 6%, as expectativas de inflação futura subiriam aos 6%, mas lentamente: talvez até 4% no primeiro ano, 5% no segundo e assim sucessivamente.

As expectativas adaptativas foram questionadas com base no fato de que os agentes usam mais informações do que apenas acontecimentos passados (dados passados) de uma determinada variável, para formar expectativas para essa mesma variável. Por exemplo, no caso da inflação as pessoas usarão não apenas os dados passados de inflação, como também as informações a respeito da política econômica passada, presente, previsões e anúncios das autoridades para o futuro. Some-se a isso que “...as pessoas mudam rápida e freqüentemente suas expectativas à luz de novas informações.”<sup>39</sup> Usando essas objeções, e para fazer frente as expectativas adaptativas “ John Muth desenvolveu uma teoria alternativa de expectativas, chamada **expectativas racionais**, que pode ser enunciada da seguinte forma: **As expectativas serão idênticas às previsões ótimas (a melhor do futuro) utilizando toda a informação disponível.**”<sup>40</sup>

Dessa forma, o uso de modelos econométricos para avaliação do possível impacto de determinadas políticas sobre a economia fica grandemente prejudicado. Tomando como exemplo o caso de o Governo desejar aumentar a quantidade de moeda em 8% a fim de estimular a economia. Os fixadores de salários e produtores de bens e serviços, observando esse anúncio, aumentariam os salários nominais e os preços de seus bens e serviços em 8%, na mesma proporção que o aumento na quantidade de moeda e , portanto, seu estoque real em toda a economia se manteria inalterado, não provocando quaisquer efeitos sobre a atividade econômica. Essa é a famosa **crítica de Lucas** quanto ao uso dos modelos para avaliação do possível desempenho de políticas econômicas. Assim não adianta planejar somente com os dados do passado, pois a maneira como as pessoas esperam que as coisas se desenvolvam no futuro é muito importante e, conforme dito antes: “...a formação das expectativas se modifica

---

<sup>39</sup> Ibid, p.415.

<sup>40</sup> Ibid, p.415, grifo do autor.

quando o comportamento de uma variável prevista também muda.”<sup>41</sup> Portanto, **para as expectativas racionais a maneira como o público reagirá a uma determinada política é crucial para o seu sucesso.** Conforme já dissemos, explicaremos mais adiante que se desenvolveram dentro desta abordagem modelos que consideram que somente uma política ativa não-antecipada pelo público pode produzir efeitos sobre a economia.

Como dito anteriormente, no início dos anos de 1970 a teoria das expectativas racionais foi amplamente difundida. No início desta década, um grupo de economistas – Robert Lucas, Thomas Sargent e Robert Barro – lideraram um forte ataque contra a corrente keynesiana usando as expectativas racionais. A partir daí mudou-se muito a visão de vários economistas quanto ao alcance, e as possibilidades do uso ativo da política econômica para suavizar as fortes oscilações do produto agregado e da inflação. Discutir-se-á isto com mais detalhes no item 3.3 quando ao falar-se sobre a teoria econômica sobre o controle da inflação, apresentada nos livros-texto neoclássicos, explicaremos a maneira como as expectativas racionais afetam atualmente a visão dos formuladores de política econômica. O que tem um impacto visível na condução da mesma atualmente, como se pode ver atualmente no Brasil, como tal fato se observa e se dá, será explicado então a partir do item já referido. [ 3.3]

---

<sup>41</sup> Ibid, p.428.

### **3 APLICAÇÃO DO PENSAMENTO NEOCLÁSSICO PARA A POLÍTICA ECONÔMICA**

Depois de visto no item 2.2.1, o surgimento, o desenvolvimento teórico e as concepções de mundo do pensamento neoclássico, pode-se compreendê-lo melhor e as suas teorias que estão por trás das suas recomendações de política econômica para o combate da inflação.

Parte desta teoria de análise e combate da inflação já foi apresentada no item 2.1. A intenção naquele item foi a de apresentar resumidamente o que é uma análise e uma proposição ortodoxa de combate à inflação para uma economia que apresente este problema. Ao fazer-se isto acabou por se trazer conjuntamente um pouco de teoria, como o leitor deve ter percebido.

Mas, agora, no presente capítulo, queremos estender mais a explicação desta teoria, sem, no entanto, a intenção de sermos redundantes em face das informações já apresentadas no item 2.1. Porém, necessário se faz apresentá-la de maneira mais completa. É o que faremos agora.

#### **3.1 PARA O COMBATE DA INFLAÇÃO ALTA E DA CRISE NO BALANÇO DE PAGAMENTOS**

Quando um país procura o Fundo Monetário Internacional (FMI) é porque está com problemas no seu balanço de pagamentos. Tal se dá geralmente quando o mesmo apresenta déficits na conta corrente que não consegue sanar, que não está sendo coberto pela entrada de recursos na conta de capital e, não consegue tomar empréstimos externos para cobri-lo. Numa situação assim ocorre uma rápida perda de reservas internacionais. Para evitar-se esta perda recorre-se ao Fundo. Este libera recursos, condicionando o tomador a adotar medidas internas de forma a reduzir o déficit de maneira que ele possa ser financiado de forma normal, como por exemplo, concessão de empréstimos juntos aos mercados financeiros.

Esta política que o FMI impõe ao tomador de empréstimo é a política econômica ortodoxa, conforme dissemos na página 13, que o país tem de se sujeitar a uma série de compromissos e uma política de ajustamento de cunho ortodoxo. Depois citamos a fonte (Salama, ver página 13).

No início dos anos de 1980 o Brasil enfrentou déficits no seu balanço de pagamentos e taxas de inflação elevadas. Dois problemas intimamente interligados para a ortodoxia. Segundo nos explicam Samuel Lichtensztein e Mônica Baer um é decorrência do outro. Os problemas de balanço de pagamentos se originam de causas inflacionárias. “ Os problemas de balança de

pagamentos estão associados a causas inflacionárias, confirmaria posteriormente J.J.Polak, em um trabalho que também contribuiu para o pensamento clássico do FMI”.<sup>42</sup> “ O modelo de Polak propugna que a expansão do crédito é a causa dos problemas da balança de pagamentos”.<sup>43</sup> Concluindo e resumindo a análise estes dois autores expõem:

...o déficit da balança de pagamentos e inflação são desequilíbrios gerados por uma capacidade de demanda ( desejo de comprar, apoiado por dinheiro e crédito) superior às possibilidades imediatas da oferta interna e pela capacidade para importar, que induz quedas das reservas monetárias internacionais.” ( Ibid, p.77.)

Com respeito à visão da relação entre o balanço de pagamentos e a oferta de moeda vigente em um país, ela provém da teoria chamada *enfoque ou abordagem monetária do balanço de pagamentos*. Esta vincula o equilíbrio monetário interno (equilíbrio entre oferta e demanda por moeda) como elemento de ligação com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Também “ esta concepção estende a suposição de concorrência perfeita em nível internacional.”<sup>44</sup> Lembra-se o leitor das hipóteses da concorrência perfeita apresentadas na página 16.

O enfoque monetário enfatiza corretamente que um déficit no balanço de pagamentos pode ser o resultado de um desequilíbrio entre oferta e demanda por moeda, devido a uma criação excessiva de crédito. Supõe-se que a demanda por um maior número de bens e serviços só pode ser atendida por uma maior quantidade correspondente de moeda. Quando se aumenta essa quantidade acima da produção real da economia ou acima da velocidade de circulação do dinheiro ocorre uma demanda excessiva às possibilidades imediatas de suprimento da oferta interna, assim as importações aumentam muito. Por isso ocorre uma inflação de demanda e um déficit no balanço de pagamentos.

Essa abordagem em si mesma não é incorreta. Sem dúvida podem ocorrer situações em que se dê estes fatos. A questão é que o FMI sempre supõe que o problema do balanço de pagamentos de um país é devido a um excesso de demanda. **Esta suposição é sempre utilizada pelo Fundo** para o diagnóstico dos países que recorrem a ele. Exagerada essa afirmação? Não!

A questão é que o FMI sempre presume que o problema é de excesso de demanda e, portanto, sua recomendação principal tem sempre sido a de contrair a demanda agregada...o staff do FMI toma como ponto de partida de sua análise a idéia de que se um país tem um problema do balanço de pagamentos é porque está “gastando além de seus meios”, ou seja, tem uma demanda interna que excede os recursos disponíveis localmente. ( Silva, A. Moura da et al. 1983, p. 118 e 116).

<sup>42</sup> Baer e Lichtensztein, 1987, p.75.

<sup>43</sup> Ibid, p.76. Esta é a parte da visão monetarista que veremos a seguir.

<sup>44</sup> Ibid, p. 82.



“ Os programas de estabilização do FMI sempre diagnosticam o excesso de demanda como causa dos desequilíbrios no balanço de pagamentos.”<sup>45</sup>

Não bastasse isso, o Fundo também sempre atribui a culpa dessa situação a políticas econômicas equivocadas por parte do governo, que intervindo demais na economia (muitas vezes para servir a interesses clientelistas) utiliza seu poder de aumentar o crédito e acaba inflacionando a mesma. Com isso cria distorções no sistema de mercado. Para confirmar a informação deste parágrafo citamos:

Particularmente, na América Latina, a atuação do FMI identificou-se com uma posição monetarista que insistia em entender os déficits da balança de pagamento e a inflação como frutos de um excesso de demanda, originado em políticas cambiais, monetário-creditícias, fiscais e salariais equivocadas...Em suma, o enfoque subjacente nas políticas de estabilização postuladas pelo FMI concebe o déficit da balança de pagamentos e a inflação como um fenômeno circunstancial originado em uma falha ou em um desvio do funcionamento econômico considerado normal; ...sob a suposição de mercados que operam em concorrência perfeita. A responsabilidade na origem dessas distorções monetárias, que se expressam em uma sobrevalorização cambial, em um excesso da demanda global e em uma excessiva expansão creditícia, definitivamente é adjudicada à manipulação errônea das políticas econômicas que impedem o livre funcionamento dos mercados.” ( Baer e Lichtensztein, 1987, p. 70 e 81).

Ou seja, a culpa é do governo. Mas por que isso, por que sempre esse diagnóstico da situação descrito nesse item? E por que culpar sempre o governo? A pista está na segunda linha desta última citação. Devido ao Fundo possuir uma posição monetarista. Mas não é somente por isso. A teoria keynesiana também tem uma participação. Primeiro vamos terminar de discorrer sobre a influência do monetarismo no pensamento do Fundo.

O enfoque monetário do balanço de pagamentos provém da escola monetarista. Segundo Paul Krugman e Maurice Obstfeld este enfoque foi desenvolvido nas décadas de 1950 e 60 pelo departamento de pesquisa do FMI, por Jacques J. Polak e por Harry G. Johnson, Robert A. Mundell e seus alunos da Universidade de Chicago, a qual é portadora do monetarismo, como já informado.

Vale a pena repetir, a abordagem monetária não é errada em si, podem ocorrer situações previstas por ela. O erro consiste em querer utilizá-la constantemente como referencial teórico e empírico de diagnóstico e aplicação de políticas de ajuste, atribuindo, por consequência, um papel decisivo de culpa ao governo pela criação exagerada de crédito na economia.

Por que se incorre sempre neste erro? Por causa da posição da escola de Chicago, cujas idéias influenciaram muito o FMI. Nestas idéias estão impregnadas/atreladas todas aquelas concepções de mundo dos neoclássicos conservadores e da escola monetarista da

---

<sup>45</sup> Ibid, p. 32.

Universidade de Chicago, cuja descrição já foi apresentada páginas atrás. Deve o leitor lembrar-se delas: concorrência perfeita, automaticidade dos mercados para o equilíbrio, inexistência de instabilidades que gerem crises, papel fundamental da massa monetária no gerenciamento da economia e outras já escritas.

Além disso, conforme apontado por alguns críticos destas políticas, a aplicação de medidas ortodoxas tem trazido prejuízos a alguns setores da economia brasileira, prejudicando o seu desenvolvimento. Também estes mesmos críticos afirmam que elas na verdade servem para justificar a adoção de medidas que prejudicam muitas indústrias dos países que as adotam, sendo assim prejudicadas fica mais difícil serem competitivas no comércio internacional e representar uma ameaça as indústrias dos países que não aplicam, ou aplicam menos intensamente, medidas de política econômica ortodoxa.

Seria incorreto afirmar que somente a escola monetarista tem participação em todos esses fatos apresentados neste capítulo. Como afirmado antes, a teoria keynesiana também possui participação.

Embora o enfoque monetário tenha tido uma grande influência sobre os economistas do Fundo Monetário Internacional:

...a teoria tradicional de ajustamento, de origem keynesiana, continua a ser a base do seu pensamento... A idéia de que o desequilíbrio se deve a um excesso de gastos sobre a capacidade de produção do país e a correspondente identidade contábil entre investimento, I, gastos do governo, G, e exportações, X, de um lado, e poupança, S, impostos, T, e importações, M, de outro ( $I+G+X = S+T+M$ ), são conceitos da teoria keynesiana do balanço de pagamentos... Segundo essa teoria a recessão é necessária, já que o desequilíbrio da balança comercial do país seria devido principalmente ao excesso de gastos do governo sobre os impostos, e portanto ao déficit público. Ou, pelo país devedor, devido ao excesso de demanda interna.” (Bresser Pereira e Nakano, 1987, p.185)

Portanto, há uma necessidade de contrair os gastos governamentais. Assim vemos como o keynesianismo concebe importância também a política fiscal, não só a política monetária como o fazem os monetaristas. “Ora, o economista monetarista puro deixa em segundo plano a política fiscal. Para ele o fundamental é controlar a oferta de moeda equilibrando-a com a demanda.” (Ibid, p. 185.)

Pela leitura dos trabalhos de Lichtensztejn e Baer e, também de Bresser Pereira e Nakano, podemos concluir que o fundo sofreu influência tanto da escola Keynesiana quanto da Monetarista, porque não dizer dos neoclássicos liberais e conservadores?

Nos primeiros anos de existência do Fundo, a escola Keynesiana foi a que influenciou a sua visão do problema de balanço de pagamentos e inflação. Sua visão de mundo (do FMI) tinha teorias que persuadiam muito no intuito da adoção do livre comércio (serão explicadas

no próximo item) e livre circulação de capitais como condição essencial ao desenvolvimento. Em fins na década de 1970 foram incorporadas as concepções monetaristas–neoliberais, o enfoque monetário e a necessidade de um ajuste estrutural nas suas propostas de estabilização, conforme mostram Baer e Lichtensztein. Explicaremos o que é a necessidade de um ajuste estrutural logo adiante.

Em vista do que foi descrito até aqui, concordamos com Bresser e Nakano quanto à crítica deles ao Fundo em sempre conceber os problemas do balanço de pagamentos por um excesso de demanda:

A crítica ao FMI, portanto, não pode ser concentrada no enfoque monetário do balanço de pagamentos, entendido este como um enfoque estritamente monetarista, mas também na teoria básica do excesso de demanda ou absorção de recursos externos cuja origem é Keynesiana e depois foi adotada por todas as teorias dominantes nos países centrais. (1987, p. 186)

É importante também ressaltar conforme nos explicam Baer e Lichtensztein, autores do livro “Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial” que “... o Fundo foi projetado dentro de uma perspectiva teórica baseada na livre circulação de capitais e mercadorias entre os países.” (1987, p.69) Partiu-se da premissa de que um adequado desenvolvimento produtivo gerando um alto nível de emprego e renda só poderiam ser alcançados através de um grande intercâmbio mundial entre os países. Deveria-se garantir a livre circulação de bens e capitais e retirar-se qualquer prática que as impedisse. Dentro disso adotou-se a teoria das vantagens comparativas e a de dotação dos fatores dentro de um sistema internacional de concorrência perfeita, sendo estas as principais teorias que advogam fortemente pela adoção do livre comércio. Reportamos novamente o leitor a lembrar-se das hipóteses da concorrência perfeita na página 16.

Não podemos aqui quebrar a apresentação sobre os problemas de balanço de pagamento e inflação para descrever de forma resumida as hipóteses e a maneira com que a teoria da economia internacional é tratada pelos neoclássicos, apenas adiantamos que além de utilizarem para muitas análises a concorrência perfeita, também subjacente a teoria das vantagens comparativas está a noção de eficiência de Pareto (explicada na página 19) e, a teoria da dotação de fatores que também possui hipóteses muito difíceis de se encontrar no mundo real.<sup>46</sup> A essa parte retornaremos depois para explicá-la melhor. Adiantamos alguma coisa aqui para mostrar a visão de mundo subjacente ao FMI, para que note-se como esta visão e suas recomendações de política econômica estão impregnadas da visão neoclássica da

---

<sup>46</sup> As quais explicaremos no próximo item.

eficiência dos mercados. As teorias das vantagens comparativas e da dotação de fatores são aceitas pelo grupo das neoclássicos liberais, estão presentes nos seus respectivos livros de economia internacional, um exemplo é o livro de Paul Krugman e Maurice Obstfeld sobre esta disciplina.

Necessário se faz completar a explicação deste item com um resumo da análise que a ortodoxia faz sobre a inflação, por que ela surge, por que o governo intervém na economia e contribui para o seu surgimento ou agravamento. Isto porque, conforme visto até aqui, para o pensamento neoclássico, a inflação têm ligação direta com o problema do balanço de pagamentos.

Primeiramente é preciso dizer que quando se está olhando problemas como estes que estão em discussão o que a ortodoxia tem em vista são situações nas quais o nível de preços está aumentando persistentemente e de forma rápida e sustentada. Não são situações como, por exemplo, os dados mensais sobre inflação. Estes dados são apenas as variações percentuais verificadas no nível de preços mês a mês.

As situações nas quais o nível de preços aumenta rápido e continuamente são consideradas fenômenos monetários. A moeda é a única culpada. Isto somente se esses fenômenos monetários ocorrerem de forma sustentada. **Três livros-texto neoclássicos por nós observados, trazem a proposição de Milton Friedman:** “a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário”. E afirmam que a maior parte dos economistas (entenda-se: neoclássicos, tanto liberais quanto conservadores) concorda com esta preposição. “Quando a inflação é definida como uma elevação contínua e rápida no nível de preços, a maior parte dos economistas, quer monetaristas ou keynesianos, concorda com a proposição de Friedman de que a moeda é a única culpada!”<sup>47</sup> Por quê?

Primeiramente é preciso saber que se considera a premissa/dicotomia clássica a qual afirma que variáveis reais, como por exemplo, produto agregado e nível de emprego, independem das variáveis nominais, tais como oferta de moeda e nível de preços.

A maioria dos neoclássicos aceita a dicotomia clássica para o **longo prazo**. Neste os fatores que determinam o PIB são os fatores de produção, sendo os principais o capital e o trabalho, mais o estado de tecnologia que transforma os fatores de produção no PIB. Considera-se que o produto agregado cresce devido aos aumentos nos fatores de produção e ao progresso tecnológico. Este crescimento é a taxa natural à qual o produto cresce suavemente ao longo do tempo. Considera-se ainda que as flutuações de curto prazo pelas quais o produto passa ano a

---

<sup>47</sup> Mishkin, 2000, p. 398.

ano são desvios em relação a essa taxa natural de crescimento. Tais flutuações dão-se por fatores tais como políticas monetária e fiscal, expectativas de consumidores e empresários e outros afins. Estes apenas tiram o produto da sua trajetória natural. Nela o desemprego, o emprego e produto são iguais as suas respectivas taxas naturais. Portanto no médio-longo prazo o PIB sempre volta ao seu nível natural. Este nível dá a demanda real por moeda na economia. Se por exemplo o PIB estiver crescendo 2,5 % ao ano, o estoque de moeda deve crescer 2,5 % ao ano, se este último crescer digamos 3,5 %, a diferença se refletirá na inflação. “...as políticas públicas podem, no longo prazo aumentar o PIB apenas se aumentarem a capacidade produtiva da economia.” (Mankiw, 1998, p.380)

Entende-se por taxa natural de desemprego aquela taxa que não seja afetada pelas instituições e pela política, que seja uma constante da natureza do sistema econômico. Pois sabe-se que sempre há um certo nível de desemprego. Por exemplo, temos pessoas que saem de seus empregos – voluntária ou involuntariamente - e demoram um certo tempo até encontrarem outro. Isso ocorre constantemente e este processo de transição de um emprego para outro é chamado na teoria de *desemprego friccional*. Por isso que sempre haverá um certo nível de desemprego, uma taxa natural, a qual os formuladores de políticas econômicas não devem tentar implementar uma estratégia de aumentar empregos que leve a taxa de desemprego a ficar abaixo desta taxa natural.

Conseqüentemente “associado à taxa natural de desemprego existe um **nível natural de emprego**, o nível de emprego que prevalece quando o desemprego é igual a sua taxa natural... associado ao nível natural de emprego há um **nível natural de produto**, o nível de produto correspondente ao nível natural do emprego”<sup>48</sup>.

Depois de explicadas essas considerações sobre os fatores que dão o crescimento natural do PIB no longo prazo, a taxa natural de desemprego e do emprego, podemos relatar as explicações da inflação apresentadas nos três livros – texto por nós observados, conforme já dissemos. Todos os três já apareceram em citações até este ponto. Todos eles consideram, em suas explicações, a dicotomia clássica; a taxa natural de crescimento do PIB, mais a taxa natural do emprego e do desemprego.

No livro de macroeconomia de N. Gregory Mankiw apresenta-se a teoria quantitativa da moeda, já apresentada neste trabalho, portando desnecessário é explicá-la novamente.

Relembrando a explicação desta teoria, mais as considerações sobre os determinantes do PIB real apresentados a pouco, aparece a explicação de que no médio-longo prazo “...a taxa

---

<sup>48</sup> Blanchard, 2001, p.130. Grifos do autor.

de crescimento da quantidade de moeda determina a taxa de inflação”<sup>49</sup>. No **curto prazo** uma expansão monetária acima das necessidades reais da economia provoca uma diminuição da taxa de juros e um aumento na quantidade de dinheiro em circulação. Tais fatores estimulam o investimento e o consumo e aumentam o produto acima de sua taxa natural de crescimento. Com o tempo, neste alto patamar, os salários e o nível de preços sobem anulando os efeitos sobre a taxa de juros (real) e o produto, o produto volta ao seu nível natural. Mas, com um problema: num nível de preços e taxa de juros nominal mais altos. Pois, segundo o efeito Fischer, um aumento na inflação leva a um aumento proporcional no nível de taxa de juros nominal. (A taxa de juros nominal é a taxa real de juros acrescida da inflação).

**Concluindo: a inflação é devido ao acesso de Moeda.**

Vamos acrescentar mais detalhes, a explicação ainda não está completa. Vejamos os outros dois autores.

No livro de macroeconomia de Olivier Blanchard fala-se que para pensar nas interações entre inflação, produto agregado e desemprego têm de se ter em vista três relações:

- a lei de Okun, a qual relaciona a variação do desemprego com o desvio do produto do seu crescimento natural;
- a curva de Phillips, a qual relaciona a variação da inflação com o desvio do desemprego de sua taxa natural; e
- a relação de demanda agregada, que relaciona o crescimento do PIB com a taxa de expansão/diminuição do estoque nominal de moeda menos a taxa de inflação.

Analisando a explicação deste autor percebe-se que ele chega às mesmas conclusões apresentadas por Mankiw quanto ao papel da moeda. Faz isso utilizando as três relações citadas sem fazer menção a teoria quantitativa da moeda, porém, repetimos, chega às mesmas conclusões. “No médio prazo, a inflação será igual à expansão monetária nominal menos o crescimento normal do produto”<sup>50</sup>. A esta diferença dá-se o nome de **expansão monetária nominal ajustada**. A seguir ele apresenta a famosa frase de Milton Friedman: “a inflação é sempre e em todos os lugares um fenômeno monetário.”

Na explicação de Blanchard também se explica sobre PIB natural e taxa natural de desemprego. Acrescentamos aqui o motivo que leva os salários a aumentarem quando o produto está acima de sua taxa natural e o desemprego abaixo dela. Neste ponto há uma grande procura por trabalhadores que começam a escassear, portanto os salários sobem. Estes

---

<sup>49</sup> Mankiw, 1998, p. 133

<sup>50</sup> Blanchard, 2001, p. 187.

aumentos salariais também se refletem nos preços. Porém os preços não sobem somente por isso, há outros fatores como as expectativas futuras. Retomaremos isso mais a diante.

Mas, qual o motivo que leva os governos a aumentarem excessivamente a quantidade de moeda e provarem o fardo da inflação alta? Quem nos fornece uma resposta mais sistemática é Frederic S. Mishkin no seu livro “Moedas, Bancos e Mercados Financeiros”.

Primeiramente é preciso saber que o autor deste citado livro informa que tanto monetaristas quanto keynesianos (portanto, a maioria dos neoclássicos, pois Keynes faz parte da escola neoclássica, como já explicado nas páginas 22 e 23) concordam que os fenômenos de inflação alta não podem ser dados pela política fiscal, pois há um limite para a diminuição dos impostos e os aumentos dos gastos do governo. Uma política fiscal expansionista pode levar os preços a um patamar mais alto, portanto, a um aumento temporário na taxa de inflação e não a uma inflação persistente. Pois os limites da política fiscal impedem que se aumente continuamente para valores mais altos a demanda agregada.

Segundo. Para a ortodoxia é possível que os fenômenos do lado da oferta por si sós produzam inflação alta? Mishkin explica que não. Ele utiliza dois exemplos que levam a uma contração da oferta agregada: choques negativos de oferta, como exemplo citamos o choque de petróleo da década de 70) e os trabalhadores quando reivindicam aumentos salariais e conseguem.

Quando ocorrem estes fenômenos a oferta agregada se contrai, o produto cai para um nível abaixo de sua taxa natural e os preços sobem, isto se não houver uma expansão monetária que contrabalance isto e, portanto, a demanda agregada permanecer inalterada.

Como nesta situação o desemprego está acima de sua taxa natural, a sua tendência é voltar para ela. Assim no médio-longo prazo o produto volta para o seu nível natural juntamente com a taxa de desemprego ( que também volta para o seu nível natural).

Portanto, os fenômenos que levam a uma contração na oferta agregada manterão o nível de preços apenas temporariamente mais altos (alguns meses ou alguns anos). Mesma coisa para o produto: ele ficará mais baixo apenas temporariamente.

“Um deslocamento na curva de oferta agregada - que pode ser causado por mudanças na inflação esperada, por tentativas dos trabalhadores de elevar seus salários reais ou por um choque de oferta - afeta o produto e os preços somente no curto prazo e não apresenta qualquer efeito no longo prazo (mantendo-se a curva de demanda agregada constante). **A economia possui um mecanismo de ajuste automático** que fará com que ela retorne aos níveis de taxa natural de desemprego e de produto agregado com o passar do tempo”<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Mishtin, 2000, p 372. grifo meu.

Concluindo: **“Os fenômenos do lado da oferta não podem ser a fonte de uma inflação alta”**<sup>52</sup>.

Desta forma vemos o porquê de **tanto monetaristas quanto keynesianos concordarem com a proposição de Milton Friedman do que a moeda é a única culpada pela inflação alta.**

Faltou explicar os motivos - elaborados pela ortodoxia - que levam os governos a aumentarem demasiadamente a quantidade de moeda na economia, acima de suas necessidades reais. É o que será explicado agora.

Segundo a ortodoxia, os três motivos principais que levam os governos a aumentarem demasiadamente a quantidade de moeda na economia são:

- os governos estarem comprometidos com metas de **alto nível de emprego**, utilizando políticas expansivas para o seu aumento. Tais fatos podem levar ao surgimento de uma inflação de custos ou de demanda ;
- governos que apresentam déficits orçamentários persistentes sustentados pela pura emissão de moeda, estes dois motivos encontram-se em Mishkin.

Deste último podemos tirar outro que Bresser/ Nakano e Baer/Lichtensztein e Resende (ver bibliografia) apontam como utilizado pela ortodoxia para mostrar os motivos de os governos aumentarem excessivamente a quantidade de moeda: demagogia, clientelismo, o governo utilizando seu poder para beneficiar certos grupos, para distribuir renda para vários setores e, assim, obter apoio político.

Primeiro: as metas de alto nível de emprego, podem gerar inflação de custos. Um exemplo: quando os trabalhadores decidem reivindicar salários reais mais altos. O resultado de seu êxito é semelhante a um choque negativo de oferta: contrair a oferta agregada, conseqüentemente cai o PIB e o número de empregos. Governos comprometidos com metas de alto nível de emprego não vão esperar pacientemente até que a oferta agregada juntamente com o produto e o nível de empregos voltem aos níveis de antes. Eles realizarão políticas econômicas expansivas para fazer com que o produto volte ao seu nível natural e, por conseqüência, o número de empregos suba. Fazendo isso não somente o PIB e o nível de empregos estarão mais altos, como também o nível de preços, pois com políticas econômicas expansivas a demanda agregada foi estimulada para contrabalançar as contrações da oferta agregada. Agora têm-se um nível de salários mais altos com, conseqüentemente, custos mais altos para as empresas.

---

<sup>52</sup> Ibid, p. 400, grifo do autor.



Se os fatos parassem por aí não haveria grandes problemas, ter-se-ia somente um nível de preços mais altos. A exemplo do que acontece quando há choques negativos de oferta. Porém, outros grupos de trabalhadores, observando que não foram beneficiados, também poderiam se animar em reivindicar aumentos de salário. Depois outros e mais outros. Fazendo com que a oferta agregada fosse constantemente contraída. Um governo com metas de alto nível de emprego, procuraria sempre estimular a demanda agregada para contrabalançar esses movimentos. Já vimos que a política fiscal tem limites, há um nível máximo para aumentar gastos e diminuir os impostos do governo. A única solução seria aumentar a demanda agregada através do crescimento contínuo da oferta de moeda.

Depois: as metas de alto nível de emprego podem levar a inflação de demanda. O governo pode possuir uma meta de nível de emprego tão alta que leve o produto a um ponto em que o desemprego fique abaixo da taxa natural. Neste pequeno nível de desemprego os salários sobem e, em consequência, os preços, e a oferta agregada se retrai voltando ao ponto onde o desemprego atinge sua taxa natural. Como o desemprego atinge novamente um ponto que fica acima da meta do governo ele irá estimular mais uma vez a demanda agregada para atingir o seu nível de empregos (que é num ponto onde o desemprego fica abaixo de sua taxa natural). Novamente, o instrumento para se fazer isto de forma continuada é a expansão monetária, pois, como já visto, a política fiscal têm limites. Fazendo isso o governo desencadeia o mesmo processo e o nível de preços sobe para um patamar mais alto ainda. Operando desta forma repetidamente o governo acaba criando inflação alta.

Segundo: os déficits orçamentários persistentes como causadores de inflação alta. Quando o governo gasta mais do que arrecada em impostos ele só tem duas maneiras de financiar este déficit:

- tomando empréstimos através de bônus de dívida no próprio país ou no exterior; ou
- criando moeda. Quando o governo emite título de dívida e solicita ao Banco Central que os compre. O Bacen paga ao governo com moeda por ele emitida e o governo utiliza essa moeda para financiar seu déficit. Esse é o processo conhecido por Monetização da dívida.

Alguns fatores podem deflagrar o processo de monetização da dívida:

- Guerras, civil ou militar, trazendo convulsão social, econômica e política;
- Sequelas de uma guerra, como exemplo a Alemanha após a primeira guerra mundial quando se viu obrigada a fazer frente a pesadas reparações financeiras;
- Uma crise orçamentária causada por um forte choque econômico negativo que cause uma grande perda de receita por parte do governo;

- quando o governo não quer e/ou não consegue tomar dinheiro emprestado para financiar o seu déficit e recorre a emissão de moeda.

Neste último ponto a ortodoxia observa que os países subdesenvolvidos não possuem mercados de capital e moeda suficientemente desenvolvidos para absorver grandes quantidades de emissão de títulos de dívida do governo. Desta forma, quando esses países incorrem em grandes déficits orçamentários persistentes não lhes resta outra alternativa a não ser a monetização da dívida.

Outra observação ortodoxa é o fato de que muitas vezes os governos dos países subdesenvolvidos não conseguem tomar empréstimos no país ou no exterior devido ao grande volume de sua dívida. Os emprestadores em potencial começam a desconfiar da capacidade do governo de pagar suas dívidas e começam a exigir taxas de juros cada vez mais altas para conceder empréstimos. Pode-se chegar a um ponto em que fique muito pesado tomá-los. Ou pode acontecer de em determinados momentos os emprestadores decidirem parar de vez de emprestar ao governo. Neste ponto, não lhes resta outra saída a não ser “criar” moeda.

Particularmente grave, são os momentos em que um país está perdendo rapidamente divisas internacionais e chegando ao ponto de esgotar suas reservas. É muito comum neste ponto não conseguir tomar recursos externos para suas transações internacionais. São as crises cambiais como já informamos. Nelas, muitas vezes os países acabam recorrendo ao FMI e se submetendo a política econômica ortodoxa; como já explicado.

### **3.2 PARTE DA TEORIA APLICADA A ECONOMIA INTERNACIONAL**

Este item tem por objetivo detalhar melhor a visão que a ortodoxia possui sobre a economia internacional e suas recomendações de políticas econômicas nesta área para os países que enfrentam problemas em seus balanços de pagamentos e inflação alta, pois no item anterior foi dada apenas uma breve citação sobre estas questões.

Sem querermos ser cansativos, achamos importante repetir algumas palavras. Lembrar que o FMI foi projetado dentro de uma perspectiva teórica baseada na livre circulação de capitais e mercadorias entre os países. Que se partiu da premissa de que um adequado desenvolvimento produtivo gerando um alto nível de emprego e renda só poderia ser alcançado através de um grande intercâmbio mundial entre os países. E também que dever-se-ia garantir a livre circulação de bens e capitais e retirar-se qualquer prática que as impedisse.

Dentro disso adotou-se a teoria das vantagens **comparativas** e a de dotação dos fatores dentro de um sistema internacional de concorrência perfeita.

Peter Kenen, na introdução ao seu livro de economia internacional, informa que os teóricos desta área em geral adotam os pressupostos de que “os custos de transporte são desprezíveis e os mercados mundiais são perfeitamente competitivos.” (1998, p.14).

O mesmo autor, nesse seu livro, informa que na parte onde estuda a teoria das vantagens comparativas, da dotação de fatores e outras nas quais se argumentam os ganhos que os países têm em adotar um comércio mais livre, que ele utiliza “ferramentas padrão da análise microeconômica.” (p.16). A análise microeconômica é aquela que foi apresentada resumidamente no início da revisão teórica desta monografia. É aquela que apresenta vários consumidores e produtores interagindo nos mercados, trocando produtos, auferindo vantagens de modo a trazer benefícios a todos os participantes. Onde as empresas entram e saem facilmente de um ramo de negócios, e aumentam ou diminuem seus preços (mesmo no curto prazo) conforme a demanda pelos seus produtos. O resultado é que os agentes econômicos agindo pelos seus interesses mediante a eficácia dos mercados atingem um ponto a trazer o máximo de bem estar a todos participantes, onde nenhuma realocação diferente pode melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro. Este ponto é a situação ótima de Pareto. Como já informamos páginas atrás, a noção de eficiência de Pareto esta por trás da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional. Esta última afirma que “Um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outro países.”<sup>53</sup>. Outra definição explica assim:

“ O país 1 possui uma vantagem comparativa sobre o país 2 na produção de uma determinada mercadoria quando o custo de produção de tal mercadoria, em relação ao custo de produção de outras mercadorias no país 1, for mais baixo do que o custo de produção dessa determinada mercadoria no país 2 em relação ao custo de produção de outras mercadorias em 2.” (Pindyck e Rubinfeld, p. 654, 1999)

É importante esclarecer que a teoria das vantagens comparativas apresentada nos livros de economia internacional de autores neoclássicos, não é exatamente aquela apresentada pela primeira vez por David Ricardo em 1817. É uma versão dela.

A versão apresentada por Ricardo tinha como fundamento as vantagens que os países tinham em especializar-se nas mercadorias nas quais utilizassem uma menor quantidade

---

<sup>53</sup> Krugman, Obstfeld, 1999, p.15

relativa de trabalho incorporado do que a utilizada em outros países. O valor trabalho, a quantidade de trabalho utilizada, eram as peças fundamentais.

A versão encontrada nos livros-texto neoclássicos embora cite David Ricardo não têm como fundamento a teoria do valor trabalho. Implicitamente contém a teoria do valor utilidade – a qual afirma que o valor de uma mercadoria está na utilidade que ela proporciona a quem a adquire – e, a análise e as conclusões da teoria microeconômica ortodoxa e seu ponto culminante no “ótimo de Pareto” (ambos já explicados). Com estas concepções/ visões de mundo, é trabalhada e apresentada atualmente a teoria das vantagens comparativas. Observamos desta forma uma ruptura epistemológica com Ricardo na maneira de enunciar esta teoria.

A teoria da dotação ou proporção dos fatores é também utilizada para se argumentar em prol de um comércio mais livre entre as nações. Pode-se enunciá-la assim:

“Uma nação exportará a commodity cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente abundante e barato e importará a commodity cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e caro”. (Salvatore, 1978, p. 70)

Entre os principais fatores de produção estão o capital e o trabalho. É uma teoria com hipóteses simplificadoras que utilizando um modelo de comércio entre duas nações busca ilustrar os ganhos que as nações têm em adotar o livre comércio. Foi desenvolvida pelos economistas Suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, sendo também conhecido como teorema de Heckscher – Ohlin (H – O).

Basearam-se no princípio de que o comércio internacional é conduzido basicamente por diferença de recursos possuídos pelos países. Este teorema (de H – O) além de possuir a hipótese de duas nações em comércio também apresenta estas hipóteses:

- 1- Duas nações produzem duas commodities e ambas possuem dois fatores de produção: capital e trabalho;
- 2- “Ambas as nações utilizam a mesma tecnologia de produção...;
- 3- A commodity X é mão-de-obra intensiva, e a commodity Y é capital- intensiva em ambas as nações.”<sup>54</sup>;
- 4- As duas commodities são produzidas com retornos constantes de escala nos dois países;

5- Existe especialização incompleta na produção em ambas as nações;

6- Os gostos são iguais em ambas as nações;

7-Existe concorrência perfeita tanto nos mercados de commodities como nos de fatores em ambas as nações;

---

<sup>54</sup> Ibid, p. 65.

- 8-Existe mobilidade perfeita dos fatores em cada uma das nações, porém não há mobilidade internacional dos fatores;
- 9-Não existem custos de transporte, tarifas ou outros obstáculos ao livre fluxo do comércio internacional;
- 10- Todos os recursos são plenamente empregados em ambas as nações <sup>55</sup>, ou seja, não existe capacidade ociosa.

Semelhantemente, Paul Krugman e Maurice Obstfeld, no seu respectivo livro de economia internacional, **após analisarem estas e outras teorias que argumentam a favor do livre comércio, admitem mais adiante que até ali assumiram** “...que os mercados são perfeitamente competitivos, de modo que todos os lucros de monopólio estão sempre ausentes”. (1999, p. 123) É surpreendente que escrevam isto, pois antes na página 61 deste seu mesmo livro estes dois autores escreveram: “...os fatores de produção não podem se mover de uma indústria para outra instantaneamente e sem custo ...”<sup>56</sup>. Ora isto contradiz uma das hipóteses dos mercados perfeitamente competitivos, a da perfeita mobilidade de recursos. A qual afirma que as empresas podem entrar e sair facilmente de uma indústria se estiverem com perspectiva de lucros ou sofrendo prejuízos, respectivamente.

Ainda eles, no referido livro, no meio dele, após terem desenvolvido toda a análise (em seus respectivos capítulos) sobre a teoria e a política do comércio internacional, tendo apresentado uma teoria de comércio que argumenta a favor de uma maior liberdade para o comércio entre as nações, escrevem: “A teoria do comércio que você estudou até aqui é uma **teoria de escambo**, na qual os bens são trocados diretamente por outros bens com base em seus preços relativos”<sup>57</sup>.

Este é um resumo do arcabouço teórico ortodoxo utilizado para desenvolver a teoria do comércio internacional, com ele apresenta-se esta teoria e analisa-se as práticas que impedem um comércio internacional mais livre. Dentro disso desenvolvem-se as argumentações para que se tomem medidas para a obtenção de uma maior abertura da economia. Vamos relacionar algumas.

Reconhece-se que o comércio internacional provoca grandes efeitos na distribuição da renda nos países, que muitos lucram com ele e outros sofrem prejuízos, ocasionando fechamento de empresas e forçando trabalhadores a procurarem outros empregos e a terem de se mudarem até geograficamente dentro do seu país algumas vezes. Mas, apesar disso, os economistas não enfatizam muito estes efeitos do comércio na distribuição de renda. Krugman e Obstfeld apresentam 3 motivos principais para isso:

---

<sup>55</sup> Ibid, p. 65

<sup>56</sup> Ibid, p. 61.

<sup>57</sup> Ibid, p. 308.

- 1- As distribuições desiguais na renda não se devem exclusivamente ao comércio internacional;
- 2- É sempre melhor permitir um comércio mais livre e ajudar os que são prejudicados por ele do que restringi-lo. Informam que todos os países industrializados modernos tem algum tipo de “rede de segurança” de programas de apoio à renda. Entre os quais: o seguro desemprego e programas de realocação;
- 3- Geralmente os que perdem com o livre comércio são mais fortes e organizados do que os que ganham. São eles quem pressionam o governo para restringir o comércio internacional e assim protegerem os seus interesses.

Complementando este terceiro item com outras informações colhidas no livro de Krugman e Obstfeld acrescentamos que estes autores informam que em certas situações um conjunto seletivo de tarifas e subsídios às exportações podem ser bons para alguns países, porém todo programa governamental com esse propósito corre o risco de sofrer pressão de grupos de interesses e servir como um instrumento político a estes mesmos grupos. Vejamos:

**O argumento político para o livre comércio** reflete o fato de que um compromisso político com o livre comércio pode ser uma boa idéia na prática mesmo que em princípio existam políticas melhores. Os economistas quase sempre argumentam que as políticas de comércio na prática são dominadas por políticas de interesse especial em vez da consideração dos custos e benefícios nacionais. Os economistas podem mostrar às vezes que na teoria um conjunto seletivo de tarifas e subsídios às exportações pode aumentar o bem-estar nacional, mas na realidade qualquer órgão do governo que pretenda implantar um programa sofisticado de intervenção no comércio provavelmente pode ser apadrinhado por grupos de interesse e convertido em um meio de distribuição de renda a setores politicamente influentes. Se esse argumento é correto, será melhor defender o livre comércio sem exceções, mesmo que nos patamares puramente econômicos o livre comércio possa nem sempre ser a política mais adequada. (Krugman, Obstfeld, 1999, p. 226, grifo dos autores.)

Reconhece-se também que há falhas de mercado nos países subdesenvolvidos e que certas medidas restritivas de comércio poderiam ser úteis. Mas também aqui tem-se duas linhas de raciocínio para defender o livre comércio:

- 1- É preferível tratar as falhas do mercado diretamente com políticas econômicas domésticas voltadas diretamente para resolvê-las do que restringir o comércio; e
- 2- Os economistas não podem prescrever a política econômica de comércio externo adequada para as falhas de mercado devido a elas serem de difícil identificação precisa. Por isso é melhor não diminuir o livre comércio.

Como decorrência da teoria das vantagens comparativas e de dotação dos fatores argumenta-se no sentido de retirar-se tarifas, cotas de importação e exportação, subsídios às exportações e outras práticas tais como estas que provocam distorções na produção e no

comércio entre os países. Como exemplo tem-se o caso de tarifas que elevam os preços dos bens que o país importa, o que leva a uma perda do bem estar nacional. Neste caso somente os concorrentes domésticos dos bens importados é que ganham. Menciona-se o fato de que muitos países, principalmente os menores, que impõem tarifas e cotas muito restritivas, perdem uma parcela significativa de sua renda nacional em potencial por causa das distorções que elas causam.

Conjuntamente é mencionado o fato de que os países ganham não somente com a economia de retirarem essas políticas restritivas mas também com as economias de escala das empresas, que são favorecidas com o livre comércio. As economias de escala ocorrem nas empresas e indústrias onde torna-se mais eficiente produzir (isto é: com um menor custo por unidade de tempo) quanto maior for a escala de produção. Nas economias de escala quando dobra-se os insumos utilizados no processo produtivo a produção mais que dobra.

Daí aponta-se contra os países que protegem a sua indústria contra a concorrência estrangeira, cita-se a política já não mais usada (mas que foi muito) da industrialização pela substituição de importações. Que foi a de incentivar a industrialização nacional a produzir os bens que eram importados.

Essas políticas de proteção à indústria nacional levam a mesma a produzir em escala pequena e, portanto, ineficiente. Pois mesmo os mercados dos maiores países em desenvolvimento não são grandes o suficiente para absorver uma escala produtiva grande e eficiente. Assim, essas políticas levam a uma fragmentação da produção mundial. Outra coisa ruim que ocorre é que devido ao fato da indústria nacional estar protegida contra a concorrência externa muitas empresas entram em determinados mercados produzindo em pequena escala uma parcela da produção. Tiramos um exemplo novamente do livro de Krugman e Obstfeld:

Um bom exemplo de como a proteção leva a uma escala ineficiente é o caso da indústria automobilística Argentina, que surgiu por causa de restrições às importações. Uma linha de montagem com escala eficiente poderia fazer entre 80 mil e 200mil automóveis por ano. Em 1964, a indústria Argentina produziu apenas 166 mil carros com nada menos que 13 empresas! Alguns economistas consideram que a necessidade de deter a entrada excessiva, e a escala de produção ineficiente resultante, é um motivo para a questão do livre comércio ir além dos cálculos tradicionais do custo-benefício. (Ibid, p.225)

Por tudo isso a ortodoxia recomenda a abertura da economia, a redução da proteção à indústria ineficaz, para que a produção mundial se reparta de modo eficiente, para que cada país invista na produção de bens para os quais possua vantagens comparativas. Com uma maior concorrência as empresas se vêem obrigadas a inovar e a melhorarem sua produção, o

que lhes dá oportunidade de progredirem por si mesmas e não ficarem mais dependentes do governo.

Finalizando este item será explicado agora o que significa para o FMI uma necessidade de ajuste estrutural nos países a fim de consolidarem a luta contra a inflação e o déficit no balanço de pagamentos. No item anterior apenas citamos e dissemos que explicaríamos depois o que é esse ajuste.

Segundo nos explicam Baer e Lichtensztein em virtude das crises econômicas que se sucederam em fins dos anos de 1970 o FMI sofreu reformulações nos seus postulados teóricos e nas suas recomendações práticas de políticas econômicas. Foram duas as principais renovações que se agruparam aos seus postulados, já descritos até aqui:

- O enfoque monetário do balanço de pagamentos (já explicado no item anterior); e
- A necessidade de ajustes estruturais desde o ângulo da oferta. O qual será explicado agora.

Em primeiro lugar é preciso que se saiba que as reformas estruturais propostas pelo FMI não são aquelas propostas pela CEPAL aos países latino americanos nas décadas de 1940 a 1970, as quais identificavam as condições de atraso deste grupo de países e as desigualdades nas relações econômicas entre a periferia latino-americana e os grandes centros como EUA, Europa, e Japão. E como decorrência propunham várias medidas para a superação deste atraso e para que os países latino-americanos alcançassem o desenvolvimento. O esquema de ajuste estrutural proposto pelo FMI **claramente não se identifica com isso**. Ele também não reconhece nenhum tipo de instabilidade, ou desigualdade entre os países dentro do capitalismo.

Ao contrário, para alcançar estabilidade nos preços internos, equilíbrio nas relações internacionais e otimizar a alocação dos recursos é que se deve fazer ajustes estruturais. Para o Fundo isto significa:

Seu caráter estrutural deriva da persistência histórica das distorções que, no entender do FMI, devem ser corrigidas, e da necessidade de afetar aspectos da organização e direção econômicas que, normalmente, não são sensíveis aos instrumentos convencionais ou quantitativos de curto prazo...(e também a) subordinação dos sistemas de preços e da alocação dos recursos internos aos vigentes à escala internacional. Isso significou acrescentar preocupações qualitativas de médio e longo prazos (estruturais e do lado da oferta) aos programas da estabilização, até então dirigidos exclusivamente por objetivos e instrumentos convencionais de natureza quantitativa e de curto prazo. (Baer e Lichtensztein, 1987, p.88 e 71, parênteses meus).



Sendo que tudo isto deve-se aplicar nas políticas de comércio, de preços, investimentos, nas designadas como institucionais, acrescentadas da: “...desregulamentação do sistema bancário, à privatização de empresas estatais, à reforma fiscal, à privatização das terras cultiváveis ...”<sup>58</sup> O que leva finalmente a propor a redução do tamanho que o Estado ocupa na economia e a conseqüente diminuição das funções que ele desempenha. Segundo estas duas últimas bibliografias citadas observa-se nessas medidas a fé nas leis de mercado, no funcionamento harmonioso do sistema econômico.

Com o ajuste estrutural a preocupação agora não é somente com o curto prazo em contrair a demanda agregada, equilibrar a oferta e a demanda de moeda e controlar o déficit governamental. Agora também há preocupações de médio-longo prazos, que no entender da ortodoxia do Fundo são necessárias para consolidar a luta contra a inflação e o e o déficit no balanço de pagamentos: ajustar a alocação de recursos e o financiamento externo do balanço de pagamentos às diretrizes do mercado internacional, reduzir e unificar as tarifas comerciais e diminuir o tamanho do Estado.

### **3.3 AS EXPECTATIVAS RACIONAIS – SUA APLICAÇÃO NA POLÍTICA ECONÔMICA**

Finalizando o capítulo 3 sobre a Aplicação do Pensamento Neoclássico para a política econômica ortodoxa de combate à inflação, explicaremos neste item como a teoria das expectativas racionais é utilizada para este fim. O item 2.2.1 terminou com uma explicação do que é esta teoria, a explanação de sua aplicação vem agora.

Lembre-mos da diferença entre as expectativas adaptativas e as expectativas racionais. A primeira considerando que as pessoas formam expectativas para o futuro conforme os acontecimentos passados. A segunda enfatizando que as pessoas formam expectativas futuras tão racionalmente quanto podem, utilizando-se para isso de dados e acontecimentos passados e também de anúncios de políticas futuras e previsões feitas por vários profissionais.

Lembre-mos também do exemplo dado em que o governo, tenta estimular a economia com uma expansão monetária e da neutralização infligida pelos agentes econômicos a esta medida, devido as suas antecipações da mesma. Neste exemplo, os fixadores de salários e produtores, esperando uma expansão monetária de 8%, o que levaria por conseqüência a um aumento no nível de preços (depois dos itens e subitens anteriores ficou mais claro o porque

---

<sup>58</sup> Chossudovsky, 1999, p.54.

disto acontecer) elevariam os salários e os preços no mesmo percentual para não obterem prejuízos. Os salários seriam elevados por pressões dos trabalhadores, obviamente.

Com base nisto Robert Lucas e Thomas Sargent, dentre outros, desenvolveram modelos macroeconômicos que incorporaram as expectativas racionais. Nestes modelos todos os salários e preços são totalmente flexíveis a respeito de mudanças esperadas nos níveis de preços, isto é, quando os empresários e trabalhadores esperam que os preços subam, rapidamente tem-se um aumento nos preços e salários. Desta forma a política expansionista não tem efeito algum sobre a atividade econômica: o produto agregado não sai do nível de taxa natural, o único fato que ocorre é um aumento no nível do preços. Para estes modelos a única política econômica que gera resultados é aquela que não é antecipada pelo público, pego de surpresa ele não antecipa os acontecimentos.

Desta forma conclui-se que a política econômica expansionista que é antecipada pelo público é ineficiente. Frederic Mishkin referindo-se a isto escreveu: “A conclusão extraída do modelo neoclássico é surpreendente: **A política econômica antecipada não apresenta qualquer efeito sobre o ciclo econômico; só a política não-antecipada importa**”<sup>59</sup>.

Tal conclusão é contestada pelos nekeynesianos. Eles também aceitam as expectativas racionais como uma hipótese de trabalho, também fazem diferença entre os efeitos de uma política econômica que é antecipada de uma que não é, e também afirmam que no médio-longo prazo o PIB retorna ao seu nível de taxa natural. Porém, acreditam que uma política antecipada pode ser benéfica e não aceitam a hipótese de total flexibilidade nos preços e salários a níveis esperados de preços.

Enfatizam que no curto prazo muitos preços e salários são rígidos devido a vários fatores que os impedem de se ajustarem rapidamente a essas subidas de preços. Como exemplo apontam a rigidez nos salários. Muitos contratos de trabalho são estipulados para um, dois ou mais anos, antes do seu fim é difícil fazer alterações salariais, mesmo que durante a sua vigência os preços subam, as empresas não aumentarão os salários imediatamente.

Outro fato serve como exemplo de que as empresas não alterarão seus preços imediatamente ante a uma expectativa de uma elevação dos mesmos. Pode ser ruim para elas em muitos casos. Por exemplo, pode ser custoso à empresa ter de imprimir com muita frequência novos catálogos de preços, ou então ter de ajustar frequentemente seus preços com compradores, isso poderia levar a uma perda de clientes. Acrescente-se a todas estas informações o fato de

---

<sup>59</sup> 2000, p. 430, grifo do autor.

que todos os salários e preços na economia não são ajustados simultaneamente, com os exemplos dados pode-se imaginar como esses ajustes vão ocorrendo ao longo do tempo.

Assim, para os neokeynesianos, o processo de ajuste dos preços e salários é lento, e o produto demora a voltar ao seu nível natural. A política econômica antecipada pelo público afeta sim o PIB, porém afeta menos do que quando ela não é antecipada. Neste último caso o produto cresce mais. Mas os neokeynesianos reconhecem a dificuldade de se planejar uma política ativa por causa das expectativas do público quanto a ela e por causa da incerteza acerca dos resultados que ela trará.

Por exemplo, numa situação de desemprego um pouco elevado. Quanto se deveria expandir os gastos públicos e a quantidade de moeda para diminuí-lo? Se estimular-se demais a economia até um ponto em que o desemprego fique abaixo de sua taxa natural tem-se o risco de disparar o processo inflacionário. Para prever o impacto das possíveis medidas a serem adotadas existem mais de um modelo macroeconômico. Cria-se uma situação, um cenário igual de política econômica a ser implementada e insere-se este mesmo cenário em modelos diferentes e por consequência obtêm-se resultados diferentes em cada modelo para uma mesma medida a ser tomada. Dada a incerteza a cerca dos resultados a serem obtidos, o governo toma medidas mais cautelosas. Neste exemplo o governo poderia pegar a média geral dos vários modelos a sua disposição: sobre o quanto deveria estimular a economia para reduzir o desemprego e implementar políticas de estímulo abaixo desta média a fim de evitar o perigo do processo inflacionário.

Em vista deste raciocínio Olivier Blanchard explica que: “Hoje, a maioria dos economistas reconhece que há uma incerteza substancial sobre seus efeitos na economia. Eles também aceitam a implicação de que essa incerteza deve levar a políticas menos ativas” (2001, p. 536).

Por isso:

Essa incerteza deve levar os formuladores de políticas a serem mais cautelosos, a usar políticas menos ativas. As políticas devem ter como objetivo principal evitar recessões prolongadas, desacelerar os crescimentos explosivos e evitar a pressão inflacionária. Quanto mais altos forem os níveis de desemprego ou de inflação, mais ativas devem ser as políticas. Mas devem ficar fazendo **sintonia fina**, isto é, tentar atingir tanto um nível constante de desemprego quanto um crescimento constante do produto. (Ibid, p. 536, grifo do autor)

Assim, com estas observações, descritas nos últimos seis parágrafos anteriores, os neokeynesianos tomam uma posição ativista para o uso da política econômica.

Já outro grupo de economistas não ativistas - como os monetaristas - que vêem o processo de ajuste de preços e salários, como bem rápido, advogam por uma política não-ativista, já que, segundo eles, o produto volta logo para o seu nível natural. Além deste, apontam outros motivos para que a política econômica seja não ativa.

Apontam as defasagens na condução de políticas destinadas a atenuar as recessões (onde ocorre um grande número de desempregados).

Existem as defasagens internas, que são o intervalo transcorrido entre o choque econômico e as medidas adotadas em resposta a ele, pois há certa demora entre um e o outro. Como exemplo de defasagens internas temos o tempo: o tempo que leva para se obter dados da economia. O reconhecimento: leva-se algum tempo para que os órgãos governamentais reconheçam que está se atravessando um período de recessão. A legislação: no caso do Brasil uma alteração substancial na política econômica só pode ser feita na Lei Orçamentária Anual que é elaborada somente uma vez por ano. Para a política monetária é mais rápido, o Banco Central é quem a opera, e o faz imediatamente.

Também temos as defasagens externas, que são aquelas decorrentes da introdução de medidas até a sua repercussão na economia, isto porque as políticas econômicas não têm um impacto imediato. Como exemplo temos as defasagens de implementação, que é o tempo que se leva para implementar as medidas aprovadas. E também a defasagem de eficácia, que é o tempo transcorrido até que as políticas causem seu impacto na economia.

Os não ativistas também apontam para o perigo de uma inflação de custos que uma política ativista pode causar. Conforme explicado no subitem 2.2.1.5 quando há fatores que contraem a oferta agregada e há por parte dos trabalhadores expectativas que o nível de preços irá subir, eles reivindicam aumentos salariais. Um governo com metas de alto nível de empregos estimula a demanda agregada para aumentar o PIB e o nível de empregos (pois com uma contração na oferta agregada eles caem) e concede os reajustes salariais. Os trabalhadores vendo que foram atendidos podem se animar a reivindicar outros aumentos, além do perigo de outros grupos de trabalhadores começarem a fazer o mesmo e o impacto ser ainda maior. Aliado a isto está o fato de que, segundo os não ativistas, o processo de ajuste de preços e salários é rápido e o produto não demora a voltar ao seu nível natural. Quando o governo não espera esse ajuste e estimula a demanda agregada, ele faz com que o produto cresça além do seu nível natural desencadeando o processo inflacionário.

Há também, segundo eles, o perigo de interesses políticos interferindo na administração de uma política econômica ativa. Uma vez estando no poder os governantes podem tomar

atitudes para beneficiá-los e que serão ruins para a economia. Como exemplo é apontado o que ficou conhecido como **ciclo econômico político**. Quando se está em época eleitoral o partido político no poder tem a possibilidade de incorrer em déficit orçamentário a fim de estimular a demanda agregada e, portanto, o crescimento econômico. O resultado é bom para a conquista de votos, mas o déficit gerado traz conseqüências para o futuro que terão de ser tratadas. Porém, políticos inescrupulosos estão preocupados apenas com os seus objetivos de curto prazo.

Em vista dos possíveis problemas - discutidos aqui - que podem ser causados pelo uso de políticas econômicas ativas, os partidários do uso de políticas passivas propõem que a política econômica seja conduzida segundo regras fixas. Como exemplo, para a política monetária existe a regra da escola monetarista ( escola já descrita no item 2.2.1) que propõe que o Banco Central expanda a oferta de moeda a uma taxa constante, já que, no seu entender, as variações na oferta de moeda são as principais causadoras de flutuação na economia. Acredita-se que com isso conseguir-se-ia reduzir grande parte delas. Outra regra proposta pelos não ativistas é a exigência de um orçamento equilibrado, onde o governo não pudesse gastar nada além do que arrecadasse em impostos.

Consideremos agora o inverso, o papel das expectativas dos agentes econômicos na execução de planos antiinflacionários. O objetivo agora não é usar políticas ativas para estimular a economia, o objetivo é conter a inflação com a menor queda possível do PIB e do número de empregos.

Lembremos que, para a escola neoclássica, o único motivo para que a inflação no médio longo prazo alcance patamares elevados é uma taxa alta de crescimento da oferta monetária, sendo que os dois principais motivos apontados para explicar o porque do governo fazer isso são: os governantes estarem comprometidos com metas de alto nível de empregos e, a presença continuada de déficits orçamentários. Portanto é indispensável que uma política antiinflacionária atue reduzindo a quantidade de moeda na economia.

Para aqueles que incorporam as expectativas racionais e acreditam num rápido ajuste de preços e salários, uma política de redução da inflação, antecipada pelo público, pode reduzi-la com pouca ou até mesmo nenhuma queda no produto agregado. Isto porque os agentes econômicos, tendo expectativas de que o Banco Central realmente reduzirá a quantidade de moeda, não a aumentando para evitar o crescimento do desemprego, ajustar-se-ão a estas medidas e não haverá reivindicação de reajuste salarial e nem aumentos de preços. O importante aqui é a antecipação, por parte das pessoas, dessas medidas. Por que quando o

público não as antecipa, ou seja, dada a inflação corrente eles não esperam uma política econômica que a combata, eles continuarão esperando subidas no nível de preços e, portanto, continuará ocorrendo aumentos nos preços e salários, fazendo com que a oferta agregada se contraia. Assim, com a demanda agregada sendo contida por uma política monetária restritiva, ocorrerá uma queda no nível de preços com uma concomitante queda do PIB para abaixo de sua taxa natural.

No modelo neokeynesiano ocorre o mesmo resultado para uma política antiinflacionária que *não é antecipada* pelo público: o PIB cai mais e o nível de preços cai menos do que se as pessoas esperassem essa política.

Ocorre, porém, um resultado diferente para uma política econômica antecipada pelo público, do que aquele apresentado pelo modelo com a hipótese de total flexibilidade de ajuste na economia. No modelo neokeynesiano, quando as pessoas esperam que o governo irá reduzir a quantidade da moeda, alguns grupos de salários e preços conseguem ajustar-se, outros não, por causa dos mecanismos que os tornam rígidos no curto prazo, conforme explicado anteriormente. Assim os preços apresentam uma queda maior e o produto uma queda menor de que numa política não antecipada pelo público. Aqui não há possibilidade de um programa antiinflacionário que não cause uma queda no PIB, por causa dos mecanismos de rigidez de curto prazo presentes na economia, não se aceita aqui a hipótese de total flexibilidade nos preços e salários no curto prazo.

Desta forma observa-se que tanto no modelo neokeynesiano quanto no de total flexibilidade de ajuste (chamado por Mishkin simplesmente de neoclássico) para que ocorra uma política econômica antiinflacionária exitosa, que leve a uma queda na inflação com uma menor queda possível no PIB, o público deve esperá-la e acreditar que ela será implantada. Segundo nos explicam Blanchard e Mishkin **credibilidade** é a palavra chave. Os mentores de políticas econômicas precisam conquistar credibilidade aos olhos do público. Numa política de redução da inflação o Bacen necessita ser firme em reduzir a quantidade de moeda e não deve ceder a “tentação” de aumentá-la com vistas a reduzir o desemprego depois que a política antiinflacionária foi implementada. Pois se o fizer, corre o grande risco de os trabalhadores reivindicarem aumentos salariais, o que, como já foi visto, traz consigo um aumento nos preços e acaba contraindo a oferta agregada. É preciso então neutralizar essas expectativas dos trabalhadores e empresários mantendo uma postura firme de não aumentar a oferta monetária.

Outro fato importante que soma-se a isso é a menor possibilidade de um programa deste tipo alcançar credibilidade quando o governo não controla os seus gastos, incorrendo em déficits. Aqui entra outra palavra muito em voga na imprensa brasileira nos anos recentes: **responsabilidade fiscal**. Já que déficits podem levar a um processo inflacionário, como os agentes econômicos acreditarão que o governo irá reduzir a inflação se ele não controlar o seu déficit?

Uma questão que fica é: como o governo pode alcançar credibilidade ante os olhos dos cidadãos e reduzir a inflação com poucos custos? Um simples anúncio não basta, pois segundo alguns argumentos o Banco Central pode afrouxar um pouco a restrição monetária para conter a subida do desemprego. Está sempre presente o risco da interferência do governo no BC, pois uma queda no número de empregos não é boa para sua imagem, principalmente perto da época de eleições. Assim há o risco de se anunciar uma medida e depois dos acontecimentos tomar-se outra. Como supõem-se que as pessoas têm expectativas racionais, isto pode ser fatal para o sucesso da redução da inflação.

Em vista de tudo isto alguns economistas argumentam em prol da **independência do Banco Central**. Com um mandato fixo para o seu presidente e os seus diretores, sem poderem ser demitidos antes de o cumprirem e com total liberdade de planejamento e execução da política monetária, é muito mais fácil para eles resistirem a pressões políticas e executarem o que considerarem correto, ainda que venham a ser muito contestados. Outros economistas discordam disso e afirmam não ser necessário possuir um Banco Central independente para se alcançar a estabilidade de preços.

Importante é também notar que esta questão da credibilidade, mais a teoria das expectativas racionais dão suporte teórico ao regime de metas de inflação, implantado no Brasil em 1999, seguindo assim o exemplo de outros países que também já o haviam adotado.

Este regime consiste em o Banco Central estabelecer uma meta para a taxa de inflação num determinado período (no Brasil as metas são anuais) e trabalhar para que se alcance esta meta, com o objetivo de se conseguir estabilidade nos preços. Como as expectativas do público são fundamentais para o sucesso do regime, caso o Bacen por mais de uma vez não consiga atingir a taxa estipulada corre-se o risco das pessoas não mais acreditarem na sua eficácia e, desta forma, tornar-se mais dispendioso para o governo combater à inflação. Pois nesta situação de descrédito, ainda que o governo continue anunciando que implementará políticas antiinflacionárias, os agentes econômicos não acreditarão no sucesso delas e continuarão

antecipando futuros aumentos no nível de preços nos seus contratos de trabalho e nos preços das mercadorias que compram e vendem.

Assim forma-se um argumento muito forte para que as medidas contracionistas de política econômica (que seguram a demanda agregada) sejam tão rígidas quanto for necessário, se a inflação ainda estiver sendo uma ameaça deve-se continuar a manter políticas rígidas para superá-la, mesmo que ocorra uma queda no PIB e uma subida no nível de desemprego.

É justo também esclarecer que nos livro-textos que pesquisamos informa-se que alguns economistas discordam de uma total **evidência empírica** a favor da teoria das expectativas racionais. Para alguns setores da economia ela parece funcionar bem, como os mercados financeiros, para outros setores as evidências são difusas. Porém, isto não impediu esta teoria de ser adotada pela grande maioria dos economistas, sejam neoclássicos liberais ou conservadores, portanto, de ser adotada pela ortodoxia do pensamento econômico. Como consequência, temos:

A revolução das expectativas racionais forçou os economistas a ser menos otimistas em relação ao uso eficaz da política ativa de estabilização e fez com que eles ficassem mais atentos à importância da credibilidade para o sucesso da elaboração de diretrizes políticas. (Mishkin, 2000, p.441, grifo meu)



## 4 OBSERVAÇÕES CRÍTICAS

### 4.1. QUANTO À TEORIA ANALISADA

Por tudo quanto foi apresentado até aqui podemos perceber como por trás dos planos ortodoxos de combate à inflação está a **suposição da preeminência continuada do sistema de mercado** em regular a economia.<sup>60</sup> Para todos os neoclássicos este fato é verdadeiro, mas para os dois grupos desta escola a maneira pelo qual o mercado faz isso, difere um pouco.

Pedimos ao leitor que lembre a descrição feita no item 2.2.1 sobre o grupo dos neoclássicos liberais e o grupo dos conservadores, lá se apresentou a visão que cada um possui.

Os liberais defrontando-se com as circunstâncias sociais, econômicas e políticas da sociedade mais as inúmeras críticas sobre a falta de realismo das premissas de sua teoria, foram modificando-a para a **tornar mais realista**. Assim, aceitam que o mercado nem sempre funciona perfeitamente, que possui falhas. Porém, com aquelas intervenções do governo e do setor privado – que descrevemos no item 2.2.1 – acreditam que a economia pode voltar para algo próximo da situação ideal, de produção eficiente, o ponto ótimo de Pareto, onde funciona a concorrência perfeita, onde todos os agentes auferem o máximo do bem-estar.

Os conservadores são contrários à grande interferência do governo na economia, ele deve realizar somente aquilo que os agentes privados não podem, ou não teriam lucro em fazer – o que seria bem menos do que os liberais admitem. Os conservadores acreditam mais firmemente na eficiência do livre mercado e advogam um mais extremo Laissez Faire. Tudo isto também foi explanado no item 2.2.1. Também acreditam que a economia funciona de maneira ideal.

No livro-texto de microeconomia de Robert S. Pindyck e Daniel L. Rubinfeld encontramos:

O primeiro teorema do bem-estar econômico afirma-nos que um sistema competitivo, baseado nos próprios interesses de consumidores e produtores, bem como na capacidade que os preços de mercado têm para transmitir informações a ambas as partes, irá, por meio da mão invisível de Adam Smith, levar a uma alocação eficiente de recursos.

Em segundo lugar mostramos que...qualquer alocação eficiente de recursos pode ser alcançada por meio de um processo competitivo com uma redistribuição viável desses recursos. O segundo teorema do bem-estar econômico afirma que, em um ambiente sem risco – condição obviamente ideal -, temas como equidade e eficiência podem ser tratados de forma distinta entre si.

Ambos os teoremas do bem-estar econômico dependem crucialmente da suposição de que os mercados são competitivos. Infelizmente, nenhum destes resultados necessariamente se mantém quando, por alguma razão, os mercados deixam de ser competitivos... Há duas interpretações diferentes das condições exigidas para a

<sup>60</sup> Com isso queremos dizer que estes planos trazem subjacente a concepção de que a economia funciona daquela forma descrita pela teoria neoclássica, a qual temos explicado até este ponto.

existência de eficiência. A primeira enfatiza que os mercados competitivos funcionam e que é necessário assegurar que os requisitos de competição vigorem, de tal modo que os recursos possam ser eficientemente alocados. A segunda enfatiza que os requisitos da competição provavelmente não serão estabelecidos e que é preciso se concentrar no tratamento das falhas do mercado. (1999, p. 660, sublinhado meu)

Destas duas interpretações a primeira com certeza é a do grupo dos conservadores, a segunda é a dos liberais. Portanto, para ambos os grupos de neoclássicos, com variadas intervenções, o sistema de mercado funciona. Não poderia ser diferente, pois como afirma John Kenneth Galbraith: “O sistema neoclássico depende, para que tenha credibilidade e funcionalidade, de um mercado confiável e funcional.”<sup>61</sup> Por isso gastamos aquele espaço do item 2.2.1, mais o capítulo 3 e mais este item, para observar como os dois grupos da escola ortodoxa encaram a economia, e com seus contornos, afirmam que ela funciona perto ou mesmo em concorrência perfeita. Portanto, estas informações não foram colocadas para “encher lingüiça”, como se diz popularmente.

Agora vem a repercussão para a política econômica. Como já havíamos citado antes, esta teoria: “Para os economistas neoclássicos, a teoria microeconômica ... permeia todo subcampo teórico de especialização e toda conclusão teórica, prática e voltada para a política econômica.”<sup>62</sup> Portanto, quando da aplicação de políticas econômicas, está se aplicando medidas que consideram que a economia funciona da maneira retratada na teoria, como explicamos no item 2.2.1.

Conforme visto no capítulo 3, para os economistas neoclássicos, a inflação é sempre dada pelo lado da demanda agregada quando esta supera a oferta agregada, e o crescimento da demanda agregada só pode ser sustentado através do crescimento constante da oferta de moeda, pois, como explicado, a política fiscal é limitada. Os motivos para este aumento exagerado da oferta monetária, que excede a necessidade de moeda na economia, a demanda real, são considerados exógenos ao sistema. É quando o governo, por motivos justos como a criação de empregos, ou clientelistas como o interesse de servir setores privilegiados, começa a gastar acima de sua capacidade de arrecadação de impostos e endividamento, vê-se então obrigado a emitir moeda. Assim, para a ortodoxia, a inflação é pura e simplesmente moeda em excesso. Daí a sua recomendação para o combate dela: a implementação de uma política monetária restritiva que acabe com o excesso de liquidez na economia e diminua a demanda agregada a um nível compatível com a oferta agregada. Acrescido a ela o governo deve

---

<sup>61</sup> 1980, p. 21.

<sup>62</sup> Hunt, 1987, p. 410.

também controlar o déficit, pois como visto, ele muitas vezes também é um dos causadores da constante emissão de moeda por parte dele, e se ele não demonstrar **credibilidade no controle dos seus gastos**, é improvável que os agentes econômicos acreditem que ele está firmemente comprometido com o combate da inflação. A teoria das expectativas racionais reforça este argumento.

Como se supõe que a economia possui um sistema de mercado que opera próximo ou em concorrência perfeita, acredita-se que diminuindo a demanda agregada as empresas serão obrigadas a diminuir seus preços, ou, pelo menos, abrir mão de aumentá-los. Pois se as empresas não têm poder de mercado e, portanto, não controlam seus preços, uma redução da demanda por seus produtos e serviços as força a diminuí-los ou pararem de aumentá-los.

Mais do que a maioria, Milton Friedman, possui a visão de uma economia constituída de firmas concorrentes, dirigidas pelo mercado. Para ele, o mercado ainda existe, e a grande e poderosa empresa jamais foi importante no meu modo de pensar. Se você admitir o ponto de vista dele sobre a vida econômica - concorrência num mercado ainda eficiente -,... você pode imaginar de que maneira a política monetária se reparte, mais ou menos uniformemente numa economia de firmas concorrentes. Pode-se supor que ela trate a todas mais ou menos por igual e, uma vez que as firmas são concorrentes e ficam sujeitas às forças impessoais do mercado, uma restrição dos empréstimos bancários e da demanda global força todas a reduzir os preços ou abrir mão de aumentos de preço. (Galbraith, 1980, p.86)

Este não é o raciocínio somente de Friedman e os conservadores, os neoclássicos liberais também pensam assim. Se o leitor estiver em dúvida reveja o item 2.2.1. Verá que a ortodoxia reconheceu a existência do monopólio e do oligopólio e o seu poder de estabelecer seus preços. Porém, como informa Galbraith, **ela nunca fez deles o caso geral e nem aceitou as conseqüências de suas atuações sobre a economia**, eles não deverão afetar o funcionamento do sistema de mercado. O consumidor ainda continua no controle da situação e a sua sinalização de compras maiores ou menores é ainda a única instrução a que as empresas atendem, e elas ainda se movem pela única motivação da maximização dos lucros. Nisto confirma Bresser Pereira:

De fato, a pressuposição dos economistas neoclássicos ou monetaristas é a de que a recessão, ao tornar a procura agregada menor do que a oferta agregada, leva as empresas a reduzirem suas margens de lucro e os trabalhadores a aceitarem menores salários reais (ainda que nominalmente iguais ou maiores). (1987 b, p.150)

A diferença básica entre economistas conservadores e liberais é a consideração quanto a velocidade que a inflação cai. Para os mais conservadores, adeptos da hipótese de total flexibilidade de ajuste dos preços e salários, a inflação cai rapidamente com poucos ou nenhum custos. Para os liberais, como os keynesianos que aceitam certa rigidez na economia,

que impede que todos os preços e salários se ajustem rapidamente, a inflação demora mais um pouco para cair. Esta diferença foi explicada no item anterior.

Esta política econômica, que diminui a demanda agregada por meio de políticas fiscal e monetária restritivas, controla a inflação? Certamente que sim, porém têm seu custo, e, ao contrário de que se pensa, não atinge todas as pessoas e empresas de maneira igual.

Quer os economistas neoclássicos admitam ou não, a economia de vários países industrializados, inclusive o Brasil, possui empresas oligopolistas que detêm considerado poder de mercado nos ramos onde atuam. Setores como o automobilístico, químico, farmacêutico, computadores e outros, comumente são dominados por poucas empresas. Nestes setores não ocorre aquele ideal de concorrência de vários produtores competindo entre si sem poder sobre os seus preços. Eles competem na propaganda, na diferenciação de produtos, mas não nos preços, todas as empresas oligopolistas constatarem a vantagem de manter seus preços mais altos.

Quando ocorre uma política econômica restritiva que diminui a demanda agregada na economia, o primeiro efeito a observar-se nestas empresas é a redução de suas vendas. Com a redução de suas vendas elas reduzem a produção e, conseqüentemente, cai o número de empregos, mas elas não diminuem seus preços. Além de possuírem poder de mercado elas também conseguem algo que as pequenas e médias não possuem: com sua grande massa de lucros elas podem usá-los para os seus próprios investimentos, é a chamada geração e reinvestimento de lucros. Estes estão livres de juros mais altos cobrados pelos bancos quando estão sob execução de uma política monetária restritiva, já que os pequenos comerciantes e os lavradores, por exemplo, dependem de empréstimos para tocarem seus negócios. E mesmo se as grandes empresas quiserem, durante a vigência desta última política citada, contrair empréstimos para tocar seus negócios, elas podem, pelo seu poder de mercado, repassar o custo dos juros mais altos aos seus preços de venda. Portanto, durante uma recessão, as empresas do setor oligopolista podem até aumentar seus preços para garantirem suas margens de lucro.

Outro fato que pode incentivá-las a fazer isto é o **poder dos sindicatos**. Grandes empresas reúnem uma grande quantidade de trabalhadores, sendo fácil agrupá-los em sindicatos. Os sindicatos são órgãos que lutam pela manutenção de um determinado piso salarial para os trabalhadores que representam. Então eles também conseguem, em certas épocas, controlar o preço pelo qual o trabalho das pessoas é vendido às empresas. Estas, podem repassar os

aumentos de custos devidos a salários maiores, aos seus preços, sem necessitar entrar em conflito com os sindicatos.

Então, numa política econômica restritiva, as grandes empresas não se vêem na necessidade imediata de reduzir seus preços, enquanto isso eles podem subir e as vendas se reduzindo vão puxando para cima o número de desempregados. Desta forma:

Somente quando o desemprego é muito sério, os sindicatos se coíbem de pressionar por aumentos de salários, e só quando os patrões têm uma considerável capacidade de produção excedente é que provavelmente resistirão a aumentos salariais. Até que isso aconteça, haverá aumentos de salários e preços -inflação. E haverá desemprego. ( Galbraith, 1980, p. 44)

Se o mercado ainda funcionasse na parte das grandes empresas, elas seriam obrigadas a reduzir seus preços numa redução da demanda agregada, pois não poderiam controlar preços estipulados no mercado. Por isso também os sindicatos não poderiam elevar os salários dos trabalhadores que representassem. Como nesta parte da economia o mercado não é dominante, observamos uma espiral de preços e salários, **resultado direto de as pessoas escaparem ao mercado e obterem o controle de seus preços e rendas:**

Se o mercado ainda fosse funcional, os sindicatos não poderiam elevar os salários, nem sequer existiriam sindicatos na verdadeira condição de mercado. E se houvesse sindicatos, os patrões teriam de resistir a eles. Pois, se os preços fossem estipulados impessoalmente no mercado e estivessem fora de controle, não poderiam ser aumentados. Por isso, a inflação é um resultado plausível do fato de as pessoas escaparem ao mercado e obterem o controle de seus próprios preços e rendas. Sempre que os salários e os preços na indústria sobem, o governo vê-se também pressionado a elevar os salários e os preços de tudo o que vende ou controla... Neste caso, também o mercado desapareceu. E pode ter certeza de que os fazendeiros e lavradores estarão pressionando para que se elevem os preços. Se todos esses preços subirem, então teremos algo que se assemelha muito a uma inflação. Portanto, você vê que o declínio do mercado influi diretamente nas perspectivas de inflação. (Ibid, p. 43, 44, sublinhado meu)

Então, como nos explica Galbraith, a terapia ortodoxa antiinflacionária controla a inflação criando como contrapartida o desemprego. “Com a política fiscal ou a política monetária, ou ambas, contemos a inflação ao criar uma recessão e o desemprego. E, como dissemos, **é preciso muito desemprego para evitar a inflação.**” (Ibid, p. 96, grifo meu)

Outro fato que modifica o funcionamento do sistema de mercado é a **presença do governo**. No século vinte ele começou a produzir e a fornecer muitos serviços tais como: educação, saúde, infra-estrutura, previdência social e outros serviços onde os custos e riscos são muito grandes para as empresas privadas. Nestes setores onde produtos e serviços são oferecidos pelo governo ou para o governo, o mercado competitivo desaparece, não atua.

Além disso, o governo também atua frequentemente para auxiliar as pessoas e empresas que sofrem prejuízos com o sistema de mercado. Ele estipula preços mínimos para os agricultores, pois em época de grandes safras os preços destes caem muito. O governo também tem um substituto para os sindicatos nos setores de trabalho onde é difícil a organização sindical: o salário mínimo. Também vemos as suas intervenções para salvar empresas em processo de falência. Como exemplos neste caso, vimos no Brasil há poucos anos: a operação de salvamento a bancos que estavam falindo.

Assim vemos como as grandes empresas, os sindicatos e o governo juntos alteraram o funcionamento do mercado competitivo.

Sabemos que a inflação alta também é ruim, pois aqueles que têm melhor controle de suas rendas conseguem se defender melhor numa situação de alta nos preços. Por isso a renda é distribuída daqueles que não têm, ou pouco têm esse controle, para àqueles que o têm, ela é distribuída dos trabalhadores pouco organizados ou sem sindicato para aqueles que são sindicalizados, também destes primeiros para as grandes empresas, dos pequenos empresários para os bancos, enfim, dos fracos para os poderosos, dos pobres para os ricos. A inflação alta também cria problemas de contabilidade, fica difícil acertar contratos de longo prazo, pois não se tem quase nenhuma certeza de como os preços se comportarão. Portanto, a inflação alta não é desejável.

Porém, a política ortodoxa para combatê-la também é mais dolorosa para os grupos mais fracos, aqueles que têm pouco ou nenhum controle sobre os seus rendimentos, como os pequenos agricultores e comerciantes, os pobres, e todos aqueles que perdem os seus empregos numa política econômica recessiva, a todos estes é jogada a maior parte dos custos do combate à inflação, são eles que sofrem mais.

O raciocínio da predominância do mercado competitivo também é levado para a área das relações econômicas internacionais. Conforme visto no capítulo 3 considera-se que o excesso de moeda leva a um excesso de demanda superior a capacidade imediata de atendimento da oferta, que, por sua vez, provoca um déficit no balanço de pagamentos, pois o país está importando mais do que exportando em bens e serviços, portanto, considera-se que a causa deste déficit é inflacionária. Nestes itens também foi visto que o Fundo Monetário Internacional (FMI) sempre toma este raciocínio como ponto de partida para as suas análises. Como já ressaltamos é evidente que há certas situações em que esses fatos podem ocorrer, a teoria não é errada. O erro é considerar – como o FMI o faz, demonstramos isso com citações

no capítulo 3 – que o déficit no balanço de pagamentos de um país deve-se sempre a estas causas.

A partir daí recomenda-se diminuir a oferta monetária para se alcançar a redução do déficit. Reduzindo-se a quantidade de moeda reduz-se a demanda agregada, assim cai a demanda por bens importados e nacionais, desta forma diminui-se as importações e sobra mais produtos nacionais para serem exportados, portanto, com a diminuição das importações e o crescimento das exportações a balança comercial obteria um superávit que permitiria o balanço de pagamentos reequilibrar-se novamente.

Obviamente, se o problema for de excesso de demanda agregada, ou se o único objetivo de um plano for o de melhorar o saldo da balança comercial, esta é a melhor medida a ser tomada. Pois uma contração da demanda agregada levará sempre a melhoria da mesma.

O problema é que nem sempre o balanço de pagamentos entra em déficit por causa de excesso de moeda e de demanda na economia. O Brasil já passou por situações de déficit no seu balanço por outros motivos. No livro “FMI X Brasil, A Armadilha da Recessão”, o professor Edmar Bacha, no seu respectivo artigo que insere-se na coletânea, nos apresenta dois outros exemplos que levaram no passado o Balanço de Pagamentos do Brasil a entrar em déficit sem ter este se ocasionado por excesso de demanda.

Um exemplo é o da recessão mundial pela qual o Brasil também passou no início dos anos de 1980. Com ela diminuiu-se a demanda por produtos brasileiros, nossas exportações caíram, o que ocasionou uma queda na atividade econômica – portanto, não havia excesso de demanda. Conjuntamente ocorreu uma piora no déficit, presenciou-se mais desemprego e desequilíbrio externo.

Outro exemplo é um caso típico dos anos de 1950, onde os nossos produtos de exportação ficavam gravosos (isto é, com alto custo de produção e sem condições de competir no mercado internacional), pelo fato de a desvalorização cambial não acompanhar a elevação dos custos internos. Nestes casos a redução das exportações também levava a uma diminuição da atividade econômica interna.

Nestes dois exemplos ocorreu desemprego, recessão, com desequilíbrio externo. Não houve um excesso de demanda agregada sobre oferta agregada. Para estes casos a solução correta não seria diminuir a demanda agregada para reequilibrar o balanço de pagamentos, a não ser que o único objetivo seja o de melhorar o saldo da balança comercial. No primeiro exemplo o que se necessita é de uma retomada da expansão da economia mundial, no segundo necessita-se desvalorizar a taxa de câmbio real.

Outro ponto importante levantado no livro *Inflação e Recessão* de Bresser e Nakano é o efeito dos juros sobre dívidas passadas. Estas não têm ligação com as relações correntes, mas, devido ao seu estoque, levam a um déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos, mesmo com um simultâneo superávit em todas as transações reais (balança comercial mais balança de serviços) excluídos os gastos com juros. Com o estoque de juros passados a conta corrente entra em déficit mesmo sem um excesso de demanda na economia, sem um excesso de absorção de recursos externos. Mas para a ortodoxia isso parece não importar muito, conforme nos mostram Bresser e Nakano:

Esse déficit, que nada tem de “corrente”, e que não está relacionado com o fato de que o país esteja presentemente gastando mais do que produz, nem mesmo que tenha déficit comercial e absorção de recursos externos, é, no entanto, motivo para justificar as medidas recessivas de desabsorção defendidas pelo Fundo. (Bresser Pereira/Nakano, 1987, p. 187, sublinhado meu)

A parte da corrente ortodoxa que analisa o comércio internacional reconhece que existem indústrias onde se apresentam ganhos de escala devido ao grande volume produzido. Vimos o que são ganhos de escala no item 3.2. A ortodoxia reconhece que os ganhos ou, economias de escala solapam a concorrência perfeita, obviamente, pois, nestes casos, algumas empresas fornecem um grande percentual de produtos e serviços aos mercados nos quais atuam.

Nestes mercados reconhece-se a existência de oligopólios e da competição monopolística.

No oligopólio algumas poucas empresas são responsáveis pela maior parte ou pela totalidade da oferta dos produtos e serviços. Elas sabem que suas decisões de preços e volume de produção afetam de forma significativa os consumidores e os seus concorrentes. Elas muitas vezes entram em comportamentos estratégicos com o intuito de manter os seus preços elevados e de afastar a entrada de possíveis competidores. O primeiro destes comportamentos é o de conluio (acordo implícito). Cada empresa mantém seus preços mais altos como entendimento de que as outras farão o mesmo, e todas o fazem. O segundo teria o próprio nome de estratégico. Um exemplo é as empresas terem capacidade produtiva extra não para serem utilizadas, mas para ameaçar inundar o mercado de produtos caso outras empresas ameacem adentrá-lo.

Agora vem uma consequência **importante** para a teoria econômica ortodoxa:

Essas possibilidades para o comportamento colusivo e estratégico tornam a análise de oligopólio uma questão complexa. Não existe um modelo geralmente aceito do comportamento do oligopólio, o que torna problemático a modelagem do comércio nas indústrias oligopolizadas. (Krugman, Obstfeld, 1999, p. 135)



Em função destes fatos, os modelos de concorrência monopolística têm sido amplamente usados, devido a sua simplicidade de análise, esta última devendo-se as suas hipóteses simplificadoras de trabalho. Estes modelos trabalham com três hipóteses ou suposições.

- 1) Cada empresa fornece produtos diferenciados altamente substituíveis uns pelos outros, mas que não chegam a ser substitutos perfeitos. Os produtos diferenciam-se em qualidade e reputação, e cada empresa detém suas próprias marcas. Como exemplo temos as indústrias de creme dental, detergente de roupas em pó, sabonetes, desodorantes e outros. O poder de monopólio de cada empresa depende do seu êxito em diferenciar o seu produto dos demais;
- 2) Neste tipo de concorrência os mercados são de livre entrada e saída, ou seja, é fácil a entrada de novas empresas e a saída daquelas que estiverem obtendo prejuízo;
- 3) Cada empresa assume que os preços cobrados por seus concorrentes rivais são dados, isto é, ela ignora o impacto em seu preço sobre os preços das outras empresas.

Conseqüentemente:

Em anos recentes, os modelos de concorrência monopolística tem sido amplamente aplicados ao comércio internacional...O apelo principal do modelo de concorrência monopolística não é seu realismo e sim sua simplicidade...Na concorrência monopolística, uma indústria contém diversas firmas produzindo produtos diferenciados. Essas firmas agem como monopolistas individuais, mas firmas adicionais entram em uma indústria lucrativa até que os lucros do monopólio sejam eliminados. ( Idem, p. 130 e 159)

Desta forma obtém-se:

Um mercado monopolisticamente competitivo é semelhante ao perfeitamente competitivo, no qual há muitas empresas e a entrada de novas companhias não é limitada. Contudo, ele difere da competição perfeita pelo fato de os produtos serem diferenciados... ( Pindyck, Rubinfeld, 1999, p. 468)

Como resultado a abordagem teórica do comércio internacional considera que as empresas estão em regime de concorrência perfeita ou numa situação que se aproxima dela. Este resultado tão somente confirma as explicações no início deste capítulo e dos itens 2.2.1 e 3.2 quanto a se considerar que o mercado funciona de forma ideal ( em concorrência perfeita) e quando ele falhar o governo e o setor privado intervém para que ele volte a funcionar de maneira ideal. Neste caso das empresas de economia de escala, se alguma firma individual conseguir suplantar suas concorrentes - num mercado onde considera-se, como vimos, que as empresas estão funcionando semelhantemente ao mercado perfeitamente competitivo – basta acionar as leis antitruste e os órgãos de regulamentação governamental. Isto foi explicado no item 2.2.1.

Obviamente a competição entre as empresas pelo mercado mundial não é totalmente explicada pelos modelos de competição perfeita, de competição monopolística, ou algum cujos resultados se aproxime deles. Certamente o que se observa é uma multiplicidade de situações nas quais pode-se perceber níveis diferentes de concorrência: das mais acirradas até as menos agressivas, mercados nos quais atuam várias empresas de pequeno médio porte, mercados onde verifica-se a competição monopolística e, também, os oligopólios, desde os menos até os mais concentrados.

Como ocorre dentro de cada país o mesmo se dá no exterior, qual seja, cada empresa procurando crescer vendendo mais e ampliando sua área de atuação, conquistando novos mercados. Em algum momento haverá choque, disputas, pois mesmo o mercado mundial tem limites. Um exemplo grosseiro pode ilustrar isto. Se, por exemplo, 20 empresas automobilísticas, com suas matrizes e filiais ao redor do mundo, conseguem atender a toda demanda mundial por veículos, e nove outras empresas ameaçarem de adentrar seus mercados, haverá tensão. As vinte sabem que seus lucros provavelmente diminuirão pois haverá mais concorrência. O que elas farão? Com certeza o que muitas empresas fazem hoje: pressionarão os governos dos países para protegerem seus mercados domésticos. Não só as multinacionais fazem isto, como também as empresas que possuem somente atuação doméstica e competem com os produtos importados. O resultado é o que observa-se na realidade internacional: vários países adotando tarifas, cotas de importação e outras medidas restritivas com o intuito de protegerem certos setores de suas economias. Este é um dos resultados da concorrência pelos mercados.

Desta forma estão certos os economistas neoclássicos quando protestam contra a adoção de tarifas, pois sabem que muitas delas são usadas simplesmente para defender certos grupos da concorrência. No livro texto já citado diversas vezes nesta monografia, de autoria Krugman e Obstfeld, reconhece-se que há séculos os governos tem tentado proteger as indústrias nacionais da concorrência internacional e que “ A maioria das tarifas, cotas de importação e outras medidas de política de comércio é estabelecida principalmente para proteger a renda de determinados grupos de interesse.”<sup>63</sup> Nesta prática estão tanto os países subdesenvolvidos quanto os desenvolvidos e, não são somente as indústrias da agricultura e têxteis as principais indústrias alvos de proteção nos países desenvolvidos como argumentado neste citado livro. Várias outras indústrias também são alvo de algum tipo de proteção governamental dos países mais ricos.

---

<sup>63</sup> Krugman e Obstfeld, 1999, p. 226.

Tomemos como exemplo o relatório do então embaixador brasileiro nos EUA no ano de 2001 o senhor Rubens Antônio Barbosa, relatório intitulado: Barreiras aos Produtos e Serviços Brasileiros no Mercado Norte –Americano. Nele encontramos:

Esse estudo tratará, como nos anos anteriores, exclusivamente das significativas barreiras de acesso ao mercado dos EUA, que atinge desproporcionalmente diversos setores e produtos, em que o Brasil é competitivo e relevante exportador. Segundo estudos feitos, cerca de 60% dos produtos exportados pelo Brasil para os EUA são afetados, de uma maneira ou de outra, por restrições tarifárias e não tarifárias no mercado norte – americano. ( Barbosa, 2001, p. 9 e 10.)

Entre estes produtos brasileiros que sofrem restrição, além daqueles oriundos da agricultura e dos têxteis também estão:

- produtos industrializados como o aço, calçados, etanol e ferro-ligas;
- serviços tais como financeiros, telecomunicações e transportes aéreos e marítimos.

Também figuram no relatório temas como normas ambientais, técnicas, trabalhistas e subsídios às exportações dos EUA.

Perguntamos então: se os países desenvolvidos protegem vários setores de suas economias porque os países subdesenvolvidos não deveriam fazê-lo? Pois esta é a argumentação que encontramos nos livros-texto ortodoxos de economia internacional, na imprensa nacional e estrangeira: que se abra a economia, que se reduza a proteção a indústria nacional, pois ela têm de crescer por si mesma competindo com a indústria estrangeira e não ficar na dependência do governo. Isto também já foi explicado nos itens anteriores.

Perguntamos também: será que se todos os países retirassem todas as práticas de restrições a livre circulação de bens e capitais de forma que cada um buscasse investir nas atividades para as quais possuísem vantagens comparativas, todos eles alcançariam um adequado desenvolvimento produtivo com altos níveis de emprego e renda? Pois é justamente dentro desta perspectiva que o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi projetado, conforme foi explicado no capítulo 3. Acreditamos ser perfeitamente possível afirmar que dificilmente um país tenha feito isto em algum momento de sua história. Curiosamente encontramos no livro de Krugman e Obstfeld uma afirmação em contrário:

É o fato histórico que as três maiores economias de mercado do mundo iniciaram suas industrializações com base em barreiras comerciais: os Estados Unidos e a Alemanha tinham tarifas elevadas sobre as manufaturas no século XIX, enquanto o Japão tinha amplos controles de importação até os anos 70. ( 1999, p. 261.)

Os motivos pelos quais alguns países conseguiram industrializar-se e desenvolver-se com ou sem proteção à indústria nacional, e outros países não o conseguiram, não é objeto de investigação desta monografia, este é um campo muito vasto e complexo. **O que se pretende**

**mostrar nesta parte são os pressupostos por trás da teoria e dos argumentos ortodoxos em prol da abertura da economia, da retirada dos impedimentos à livre circulação de bens e capitais, a privatização de várias empresas públicas e outras propostas para a área da economia internacional.** Propostas que, é importante ressaltar, não são totalmente seguidas pelos países mais desenvolvidos do mundo.

Para terminar este item observamos que a ortodoxia desconhece, ou voluntariamente ignora, o desenvolvimento teórico elaborado na América Latina quanto ao problema da inflação e as particularidades desse fenômeno quando se manifesta em seus respectivos países. Neste desenvolvimento muito contribuiu a CEPAL ( Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU ( Organização das Nações Unidas) que tem por objetivo assessorar os governos latino-americanos na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Economistas ligados a ela, ou simplesmente simpatizantes de seu método de análise – o histórico-estruturalista – desenvolveram uma análise sobre a inflação considerando as características próprias da América Latina, considerando a estrutura econômica dos seus países que, diferem dos países desenvolvidos onde a teoria ortodoxa surgiu e onde foram e ainda são elaboradas a maior parte dos seus refinamentos teóricos.

Para que apenas se tome conhecimento e reconheça-se a importância da teoria latino-americana da inflação estrutural, traremos aqui breves palavras e dois exemplos. Iniciamos com as palavras sintetizadoras do livro “Inflação e Recessão”:

Esta teoria entende (1) que uma determinada taxa de inflação é inerente aos mercados imperfeitos dos países subdesenvolvidos, devido à existência de pontos de estrangulamento na oferta; (2) que a aceleração inicial da inflação provocada pelos pontos de estrangulamento tende em seguida a se perpetuar através da ação dos efeitos propagadores decorrentes do conflito distributivo; (3) que tanto a aceleração quanto a manutenção do patamar de inflação podem ser acentuadas pelo poder de monopólio de empresas e sindicatos, ou seja, pelo caráter administrativo da inflação; (4) que a moeda, em condições de crônica insuficiência de demanda, tende a ser passiva, ou seja, tende a ser fator sancionador de uma inflação em curso; (5) que o déficit público tende a também a ser fator sancionador da inflação a não ser que a despesa do Estado, pressionando a demanda, se transforme em fator acelerador, provocando a elevação das margens de lucro e/ou o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade. ( Bresser, Nakano, 1987, p. 10)

Portanto, para a teoria da inflação estrutural, este fenômeno é endógeno aos países da América-Latina, resultando da imperfeição dos seus mercados e de suas economias em via de industrialização.

Quando há súbitos aumentos na demanda agregada ocorre inflação por causa dos pontos de estrangulamento no lado da oferta agregada. Como exemplo aponta-se a demora do setor

agrícola em responder a súbitos aumentos na demanda e o constante desequilíbrio do balanço de pagamentos, devido ao peso da dívida externa, o peso das importações que, geralmente são maiores em valores absolutos do que as exportações, já que os países da América Latina em geral são países que vendem produtos pouco manufaturados e de menor valor monetário em relação aos produtos mais caros que comprem. Assim quando sobem os preços em determinados setores da economia a oferta não responde imediatamente, seja pela produção interna ou pelas importações.

Os preços mais altos destes setores afetam os preços dos outros setores e espalha-se o processo inflacionário, pois cada grupo quer defender a sua participação na renda, por isso procuram aumentar os seus preços conforme puderem. As empresas com poder de mercado repassando seus aumentos de custos para os preços. Os trabalhadores mais bem organizados sindicalmente reivindicando aumentos salariais. Esses aumentos levavam o governo a entrar em déficit pois devia pagar preços mais altos pelo que utilizasse, inclusive salários mais altos aos seus funcionários que também estariam reivindicando reajustes. Desta forma ele emitia moeda para fazer frente as suas maiores despesas.

Outro fator também levou o governo no passado a entrar em déficit e, portanto, a emitir moeda e provocar inflação. Esse déficit era ocasionado pelo crescente aumento da intervenção do governo em vários setores da economia, fenômeno típico de países que se desenvolvem, como salientam Bresser e Nakano. Explicam que a medida em que os países se desenvolvem aumenta a participação do Estado na economia, isso traz um crescente aumento em suas despesas. Esse aumento de gastos porém, geralmente não é, ou não era, acompanhado de correspondente aumento da carga tributária, em virtude da fraqueza política dos governos. Segundo estes autores esses fatos aconteceram tipicamente no Brasil nos anos cinquenta.

Outro fato contribuiu para o aumento da inflação no Brasil em décadas passadas. Houve momentos, como nos anos sessenta, em que assistiu-se a manifestação conjunta de inflação e crise econômica. Não fazia sentido então em se falar em inflação de demanda agregada maior que oferta agregada, seja por elevação da quantidade de moeda, conforme explicado pela corrente ortodoxa, ou pelos pontos de estrangulamento resultantes da imperfeição dos mercados.

No livro “Inflação e Recessão” expõem-se a análise feita por Ignácio Rangel, o qual, dizia que na inflação brasileira havia um componente de custos decisivo. As empresas, então constantemente ameaçadas por capacidade ociosa e superprodução, devido a distribuição de renda do país, aproveitavam-se de seu poder de mercado para aumentar seus preços

autonomamente, sem um prévio aumento na demanda agregada. Como possuíam poder de mercado, ao aumentar seus preços, a quantidade de vendas de seus produtos caía de forma menos que proporcional ao aumento deles. Desta forma lhes era possível defender a sua participação na renda, manter os seus lucros em níveis mais estáveis. A este tipo de inflação Bresser e Nakano apresentam-na com o nome de **inflação administrativa**. Aqui verifica-se um caso diferente, não considerado pela ortodoxia: inflação de longo prazo oriunda da oferta agregada. Pois conforme explicado no item 3.1, a ortodoxia considera que a economia passa por flutuações em torno de sua tendência natural de crescimento. Para ela fatores como choques negativos no lado da oferta agregada elevam os preços e diminuem o produto agregado para um nível abaixo de sua taxa natural apenas temporariamente (claro que muitos neoclássicos discordam quanto ao tempo em que o produto demora para voltar ao seu nível natural, isto também já foi explicado). No longo prazo o único fator que explica uma inflação alta é o contínuo aumento na quantidade de moeda para níveis além das necessidades reais da economia. Tomando como exemplo estas explicações latino-americanas quanto ao problema da inflação em nossos países, forma-se um argumento muito forte contra a explicação ortodoxa que primeiro afirma: “**Sempre que a taxa de inflação de um país é extremamente alta por um período de tempo sustentado, sua taxa de crescimento da oferta de moeda também é extremamente alta.**”<sup>64</sup> E depois atribui essa correlação a causa de a inflação elevada estar sempre atrelada a uma elevada taxa de crescimento na oferta de moeda, considerando sempre esta ordem: crescimento na oferta de moeda ocasionando inflação.

Com essas análises e exemplos vemos que pode ocorrer o contrário: os preços podem aumentar devido a desequilíbrios estruturais das economias subdesenvolvidas, devido a aumentos autônomos de preços (a inflação administrativa), o que obriga o governo a aumentar a quantidade de moeda a fim de se restaurar a liquidez do sistema econômico.

Não se faz necessário, nem seria lógico, negar a equação de trocas  $MV = PY$ , (onde M representa a quantidade de moeda na economia, V representa a velocidade com que a moeda circula, P representa o nível de preços e Y o produto agregado. Equação também já explicada, assim como também já o foi a teoria quantitativa da moeda proposta pelos neoclássicos), nem os resultados dos estudos estatísticos comprovando a correlação entre crescimento monetário e inflação alta. O que se pretende mostrar é que muitas vezes pode ocorrer, como ocorreu no passado no Brasil, que a quantidade de moeda aumenta para restaurar a liquidez da economia,

---

<sup>64</sup> Mishkin, 2000, p.396, grifo do autor.

já que um aumento generalizado de preços desvaloriza a moeda, é necessário que a sua quantidade aumente para que as transações econômicas possam continuar sendo realizadas.

Claro que há casos em que pode ocorrer o previsto pela teoria quantitativa da moeda: aumenta a quantidade de moeda e aumenta a inflação. O erro, repetimos, é afirmar, como o faz a ortodoxia, que esta é sempre a causa da inflação.

## **4.2 QUANTO À ECONOMIA BRASILEIRA**

Conforme explicado na introdução, por motivos de tempo e espaço não se analisaria nenhum período da economia brasileira, pois isto exigiria um igual trabalho em quantidade e qualidade de informações e análises prestadas. Por isso esta monografia restringiu-se a trabalhar no plano teórico, analisando a escola neoclássica e suas recomendações de política econômica para a inflação alta e a crise no balanço de pagamentos.

Mas, como já dito na introdução, este trabalho foi realizado tendo em vista a economia brasileira, por isso apresentaremos agora algumas breves reflexões da influência da teoria ortodoxa em nossa economia. Reflexões que, certamente, podem ser feitas, apesar das restrições desta monografia em trabalhar no plano teórico.

Para a elaboração deste item, além das informações contidas nos livros utilizados para descrever a teoria neoclássica foram utilizadas informações do livro “Novo Desenvolvimentismo“. Apesar da inspiração destes autores ser Keynesiana e, como vimos nesse trabalho, o keynesianismo fazer parte da escola neoclássica, utilizamos este livro por apresentar análises críticas muito claras sobre a economia brasileira, análises que criticam as medidas que provocam recessão e prejudicam o desenvolvimento econômico. Também neste livro encontram-se várias propostas no intuito de combater a inflação, as crises cambiais, sem prejudicar o desenvolvimento econômico e, também várias propostas no intuito de se alcançar o desenvolvimento com mais igualdade social. Recomendamos muito a sua leitura.

Em nossa introdução afirmamos que nas ciências sociais existem teorias diferentes produzidas para explicar os mesmos fenômenos. Nesta tarefa, muitas delas complementam-se e também chocam-se entre si. Em economia não é diferente. Existem muitas teorias para explicarem fenômenos econômicos em comum. Chama a atenção, e isso foi destacado nesta monografia, uma escola tornar-se a grande ortodoxia do mundo ocidental e, depois da queda do socialismo, do mundo inteiro praticamente.

No livro “Novo Desenvolvimentismo”<sup>65</sup>, e na grande imprensa principalmente, televisão, jornais e revistas, vemos informações incisivas dizendo que a atual política econômica ortodoxa é a “mais responsável”, é a “única alternativa”, “não há outro caminho”. Opiniões, análises e críticas a ela são veementemente combatidas e tidas como formuladas por pessoas “irresponsáveis”, ou “sem conhecimento”, que se aplicadas “ameaçariam gravemente a economia” e trariam consigo o perigo da inflação alta.

Como uma escola de pensamento econômico pode reivindicar tudo isso para si tendo outras escolas, com representantes igualmente qualificados e com rigorosas análises contrárias opostas a ela?

Com todo o desenvolvimento teórico que, foi resumido no presente trabalho, a escola neoclássica, por meio de seus representantes, tem argumentos na teoria para defender suas propostas de política econômica que foram aplicadas diversas vezes no passado e são aplicadas atualmente no Brasil.

Apresentamos agora alguns exemplos:

No item anterior lembramos a crise mundial no início da década de 1980. Onde nossas exportações caíram e, por consequência, a atividade econômica. Conjuntamente ocorreu uma piora no déficit do balanço de pagamentos, com desemprego. O problema certamente não era de excesso de demanda agregada sobre oferta agregada. Contudo, explicamos no item 3.1, que este é precisamente o típico diagnóstico ortodoxo para este problema. Com a teoria fica explicado o problema e justificada a solução ortodoxa: aumentar a taxa de juros e criar uma recessão para contrair a demanda agregada e reverter o déficit.

A princípio esta medida é para quando a inflação origina-se de demanda agregada maior que oferta agregada, mas muitos economistas recomendam outras soluções para uma inflação deste tipo. Mesmo assim ela continua sendo usada para combater a inflação, mesmo quando ela não é ocasionada por esse motivo.

Como exemplo temos as crises cambiais pelas quais o país atravessou em 1999 e 2002. A inflação decorrida foi por motivo do choque cambial que elevou os preços externos. As medidas então adotadas foram as de sempre: elevação dos juros, corte de investimentos públicos, recessão. Todas amparadas na teoria neoclássica.

Esta última tem sido utilizada para defender os juros altos praticados no Brasil, mais altos que em qualquer país do mundo. Mesmo em países menos desenvolvidos que o nosso e com igual ou pior classificação de risco atribuídas pelas agências de classificação.

---

<sup>65</sup> Em tom de crítica, denunciando esta reivindicação ortodoxa de ser a “única escolha segura, responsável.”



Estes juros altos, por sua vez, inviabilizam o ajuste das contas públicas pois incidem sobre o estoque desta mesma dívida que já é muito grande. Apesar dos superávits primários (receitas correntes menos despesas correntes do governo, excluídos os gastos com juros) gerados nos últimos anos, o governo continua apresentando déficits. Pois a economia feita com cortes de investimentos não é suficiente para pagar toda a quantia devida de juros.

A teoria neoclássica também serve para justificar a venda de várias empresas estatais que houve há poucos anos. Pois possui a visão de que o Estado deve intervir onde houver falhas de mercado, e fornecer os serviços que o setor privado não oferece. Claro que estamos citando isso lembrando das diferenças entre o grupo dos neoclássicos conservadores e liberais, conforme explicado anteriormente. Também lembramos que os principais motivos apontados para a venda destas empresas foram o de elas estarem apresentando prejuízos e, que o lucro obtido com as vendas seria utilizado para abater os estoques da dívida pública. Mesmo assim, a teoria, com sua visão de “Estado mínimo”, intervindo somente o necessário, também serve para justificar a venda do patrimônio público.

A concepção ortodoxa também serve para justificar a grande liberalização da circulação de capitais internacionais no Brasil, ou seja, eles tem assegurada livre entrada e saída do país. Segundo apontado no livro “ Novo Desenvolvimentismo” isto tem deixado o Brasil vulnerável a choques externos, pois, ante a uma ameaça de crise, uma grande quantidade de capitais fogem deixando a taxa de câmbio muito volátil. O dólar começa a se valorizar frente ao real. O Banco Central atua vendendo dólares e/ou títulos indexados à variação do dólar e, conjuntamente, aumenta ou mantém elevada a taxa de juros. Como muitas vezes estas medidas não são suficientes para conter uma fuga de capitais e a instabilidade do câmbio, o país acaba recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para tomar empréstimos e acaba sujeitando-se a política econômica ortodoxa imposta pelo fundo aos tomadores de recursos.

Com estes exemplos, cremos ter ficado bem realçada a importância que a escola neoclássica tem em influenciar e justificar as políticas econômicas ortodoxas que o Brasil adotou em alguns períodos de sua história. Políticas estas, combatidas por vários economistas, devido aos efeitos danosos que elas provocam.

## 5. CONCLUSÃO

Nesta monografia analisou-se de forma crítica a escola ortodoxa/ neoclássica, suas propostas para o enfrentamento de inflação alta e crise de balanço de pagamentos e também foram expostos os pressupostos que estão ocultos, mas, por trás de tudo isso. Mostrou-se a aplicação da teoria na prática, o como o pensamento, as visões de mundo ortodoxas, influenciam várias medidas de política econômica adotadas em outros países, com enfoque especial para o Brasil, como era o objetivo descrito na introdução.

Também foram apresentadas críticas a estas teorias evidenciando a sua inadequação para a solução de muitos problemas, pois possui pressupostos que claramente não se encontram no mundo real. Os problemas enfocados foram a alta inflação, a crise do balanço de pagamentos e as proposições apresentadas para resolvê-los que, trazem conjuntamente, medidas a serem implementadas em outras áreas como por exemplo a abertura comercial e financeira, a diminuição do tamanho do Estado em sua atuação na economia, e a proposta de independência do Banco Central.

Com esta monografia pretendeu-se mostrar que a escola neoclássica é totalmente sem importância para explicar e analisar os fenômenos econômicos? Certamente que não.

John Kenneth Galbraith teve o cuidado de afirmar em seus dois livros – utilizados nesta monografia – que o sistema neoclássico não é implausível como descrição de uma sociedade que existiu antes e, que ele não é completamente insatisfatório como uma visão da parte da economia onde predomina o sistema de mercado. Que é formado por milhares de pequenas empresas tais como pequenos e médios varejistas, pequenos agricultores, postos de gasolina, restaurantes, e vários profissionais liberais como médicos, advogados e outros semelhantemente.

Até mesmo nos setores oligopolistas a concorrência evita que um produto de qualidade comprovadamente inferior seja vendido. Com tudo não se deve esquecer que, apesar disso, as empresas destes setores detêm grande poder nos mercados onde atuam.

O que se pretendeu mostrar neste trabalho é que a corrente ortodoxa possui pressupostos, visões de mundo, claramente implausíveis, sem aplicação no mundo real. A que mais chama à atenção é considerar que a economia funciona de maneira ideal, ou quase ideal, isto é, em concorrência perfeita. Para alguns neoclássicos, como o grupo dos conservadores, bastam poucos ajustes para que ela alcance este ponto. Para outro grupo, como o dos neoclássicos

liberais, mais ajustes são necessários, mas o resultado é o mesmo: a economia volta, ou chega perto, do ponto ideal.

A importância de se reconhecer isto é que é com base nestes pressupostos que são elaboradas medidas de política econômica. Medidas feitas com base em teorias que muitas vezes não se aplicam ao mundo real, e como consequência, trazem os seus maus resultados. Por isso está posta a importância de se conhecê-las. Não é uma mera questão de simpatizar-se ou não com uma escola de pensamento econômico e fazer uma “guerra santa” a ela.

Um dos dois exemplos mais enfocados foi o do combate à inflação. Por se considerar a economia como quase toda competitiva, e se supor que medidas de política monetária e fiscal atinjam a todas as empresas mais ou menos por igual, **combate-se a inflação criando recessão e desemprego e punindo os setores mais fracos da economia**, onde prevalece a concorrência de muitas empresas.

O porquê da criação do desemprego já foi anteriormente explicado. Diante de uma política econômica recessiva as empresas dos setores oligopolistas primeiro reduzem vendas e produção, somente depois de haver muito desemprego é que abrirão mão de aumentos de preços. Como visto, podem fazer isto pelo seu grande porte e pelo poder de mercado que possuem.

Nos setores mais fracos da economia os efeitos são os piores, perdem-se muitos empregos e fecham-se muitas empresas que não conseguem resistir aos efeitos de uma política econômica recessiva.

Considera-se sempre que a causa da inflação é a emissão exagerada do dinheiro e do crédito que levam a um crescimento da demanda agregada para patamares acima da oferta agregada. Isto com certeza pode acontecer em muitas situações, não negamos isso.

Porém, a história econômica brasileira prova que não foi isso o que sempre ocorreu. Houve outras causas que desencadearam o processo inflacionário no Brasil, explicamo-las no capítulo quatro. A corrente ortodoxa parece não as levar em conta. Caso usasse o referencial teórico desenvolvido na América Latina para o problema da inflação, poderia ao menos tentar aplicar outras medidas de política econômica baseadas em teorias mais condizentes com a nossa realidade. Há muitas propostas neste sentido. Por que não utilizá-las? Por que não abdicar de medidas, que segundo muitos críticos (alguns deles e suas críticas foram apresentados na presente monografia) dificultam o desenvolvimento econômico, criam recessão e desemprego e favorecem poucos setores da economia, principalmente o financeiro? Que estão baseadas em pressupostos claramente sem aplicação no mundo real?

Infelizmente, como já dito na introdução, faltaria tempo e espaço para entrarmos em explicações do porque continuar-se em usar estas mediadas e não procurar-se outras alternativas, pois elas existem! Mas a pergunta fica lançada.

Esperamos ter conseguido no presente trabalho cumprir com nossos objetivos apresentados e ter oferecido uma adequada e clara síntese da escola neoclássica, de suas visões de mundo que influenciam políticas econômicas adotadas no Brasil e em outros países do mundo. Também de ter termos conseguido assim, expondo seus pressupostos ocultos, contribuir para o debate em torno do seu pensamento. Para que se tome consciência do que ele contém de inapropriado ( pois também possui explicações apropriadas) e possamos vislumbrar no Brasil, num horizonte não muito distante, a adoção de outras medidas na economia que venham a contribuir para resolver o problema da inflação e do balanço de pagamentos sem prejudicá-la e que, tragam consigo o desenvolvimento econômico e a promoção de uma sociedade menos desigual.

Por motivo de tempo e espaço aqui não se tratou de forma minuciosa de algum período da economia brasileira onde foram aplicadas medidas ortodoxas de combate à inflação e crise de balanço de pagamentos e, nem efetuada uma análise para um levantamento mais detalhado dos resultados obtidos. Também não foram discutidas alternativas para o enfrentamento destes problemas.

Estão aí, portanto, duas recomendações para futuros trabalhos: que utilizando a base teórica aqui resumida, discuta-se algum período de nossa economia onde foram aplicadas estas medidas e avalie-se os resultados. Outra proposta é que juntamente com esta última discutam-se minuciosamente alternativas ( existem várias, um exemplo é as que estão no livro “ Novo Desenvolvimentismo”, utilizado em nosso trabalho) para o enfrentamento destes problemas [ inflação alta e crise de balanço de pagamentos].

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Mônica. LICHTENSZTEJN, Samuel. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial**; Estratégias e Políticas do Poder Financeiro. SP: Brasiliense, 1987.

BARBOSA, Rubens Antônio. **Barreiras aos Produtos e Serviços Brasileiros no Mercado Norte-Americano**. SP: Aduaneiras LTDA, 2001.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 2º ed. RJ: Campus, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira**. Uma Introdução Crítica. SP: Brasiliense S.A. , 1987, b.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. NAKANO, Yoshiaki. **Inflação e Recessão**. SP: Brasiliense S.A. , 1987.

CHOSSUDOVSKY, Michael. **A Globalização da Pobreza**. Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial. 1º ed. SP: Moderna, 1999.

COLASUONNO, Miguel. “Apresentação”. In: FRIEDMAM, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. SP: Abril Cultural, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: O Dicionário da Língua Portuguesa. 3º ed. RJ: Nova Fronteira, 1999.

FRIEDMAM, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. SP: Abril Cultural, 1984.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Economia ao Alcance de Quase Todos**. 3º e 4º ed. SP: Livraria Pioneira Editora, 1980 e 1992.

----- **A Economia e o Interesse Público**. SP: Livraria Pioneira Editora, 1988.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. Uma Perspectiva Crítica. 5º ed. RJ: Campus, 1987.

KENEN, Peter Bain. **Economia Internacional: teoria e política**. 3º ed. RJ: Campus, 1998.

KRUGMAN, Paul. OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 4º ed. SP: Makron Books, 1999.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3º ed. RJ: LTC, 1998.

MISHKIN, Frederic S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros**. 5ºed. RJ: LTC, 1998.

PINDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 4º ed. SP: Makron Books, 1999.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana**. 1º ed. RJ: Campus, 1992.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 2º ed. SP: Nova Cultural, 1985.

SALAMA, Pierre. **Dolarização**: Ensaio Sobre a Moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos. SP: Nobel, 1989.

SANDRONI, Paulo.( org) **Novíssimo Dicionário de Economia**. SP: Best Seller, 2002.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. SP: Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.

SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renaut. (Org) **Novo-Desenvolvimentismo**. Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social. 1º ed. Barueri: Manole; RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, Adroaldo Moura da (et al). **FMI X BRASIL**. A Armadilha da Recessão. SP: Fórum Gazeta Mercantil, 1983.